

Diário do Legislativo de 06/04/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PTB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado André Quintão

Vice-Líderes: Deputados Ricardo Duarte (PT) e Jô Moraes (PCdoB)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Paulo César

LIDERANÇA DO PL

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Roberto Ramos

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PL), Paulo Piau (PP) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder:

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Weliton Prado (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo PFL
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PcdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -15h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSB
Maria Resende

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PcdoB
Carvalho

Deputado Djalma BPSB
Diniz

Deputado Sebastião BPSB
Costa

Deputada Cecília PT/PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Dalmo Ribeiro
Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado BPSB
Sebastião Costa

Deputado BPSB
Ermano Batista

Deputado PT/PCdo
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado PL
George Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corrêa

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon BPSB
Melo

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Marlos BPSB
Fernandes

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputada Maria PT/PcdoB
Tereza Lara

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSB Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSB
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputado Padre João PT/PcdoB

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdoB Presidente
Ângelo

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Djalma BPSB
Dinis

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado Ermano BPSB
Batista

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Doutor Viana

Deputada Ana BPSB Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSB
Leonídio Bouças

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSB
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado Weliton PT/PcdoB
Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado BPSB
Ermano Batista

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado BPSB
Márcio
Kangussu

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Luiz BPSB
Humberto Carneiro

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado André PT/PcdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Laudelino B
Augusto

Deputado BPSB Vice-Presidente
Doutor Ronaldo

Deputado João BPSB
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PcdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSB
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSB Vice-Presidente
Milton

Deputado BPSB
Miguel Martini

Deputado André PT/PCdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PcdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSB

Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PcdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado Marlos BPSP Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado Padre PT/PCdo
João B

Deputado PFL
Doutor Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputada Maria PT/PcdoB
Tereza Lara

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Márcio
Kangussu

Deputado BPSP Vice-Presidente

Djalma Diniz

Deputado PT/PCdo
Ricardo Duarte B

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSB
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Doutor BPSB
Ronaldo

Deputado Durval PT/PcdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSB
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Adelmo B
Carneiro Leão

Deputado BPSB Vice-Presidente
Carlos Pimenta

Deputado Fahim BPSB
Sawan

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Célio PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PcdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSB
Helvécio

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Jayro PL
Lessa

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSB Presidente
Maia

Deputado Leonardo PL Vice-Presidente
Moreira

Deputado Sargento BPSP
Rodrigues

Deputado Weliton Prado PT/PCdo
B

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Adelmo PT/PcdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar BPSP Presidente
da Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo
Moraes B

Deputado Gustavo PFL
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSB

Deputado André PT/PcdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSB
Resende

Deputado Carlos PT/PcdoB
Gomes

Deputado Paulo PFL
César

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PL Presidente
Márcio Passos

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado PT/PCdo
Roberto B
Carvalho

Deputado PP
Dimas Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSB
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PcdoB
Duarte

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PcdoB

Deputado Durval PT/PcdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 7ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Debates da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 31/3/2005

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Questão de Ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dilzon Melo; aprovação - Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.307; renovação da votação secreta; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.308; encerramento da discussão; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; renovação da votação secreta; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.368; discurso do Deputado Rogério Correia; questões de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados João Leite e André Quintão - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Ceclia Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Edson Rezende - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.299, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem à noite.

Questão de Ordem

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, agradeço publicamente a V. Exa. e àqueles que junto a nós reivindicaram a reforma da capela desta Casa. A reforma terminou. Os profissionais desta Casa fizeram um trabalho muito bem-feito.

Aproveitamos para registrar esse fato que pode parecer simples, mas é bastante simbólico. É um espaço de reflexão, ecumênico. Estamos na Campanha da Fraternidade, cujo tema é: Solidariedade e Paz. Dessa maneira, esta Casa contribui para que haja esse importante espaço de reflexão, de evangelização, criando fraternidade entre todas as pessoas que professam algum credo ou que, mesmo não professando, têm boa-vontade e trabalham para que haja solidariedade e paz em nosso Estado. Muito obrigada, Presidente.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dilzon Melo, solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que o Veto à Proposição de Lei nº 16.303 seja apreciado em último lugar e que o Veto à Proposição de Lei nº 16.368 seja apreciado após o Veto à Proposição de Lei nº 16.308. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.307, que obriga os estabelecimentos comerciais a informar o consumidor da cobrança de consumação mínima. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai renovar a votação do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 27 Deputados. Votaram "não" 14 Deputados, totalizando 41 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.307. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.308, que autoriza o Poder Executivo a doar a Maria Inez Castro Moreira o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que tomem seus lugares. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 38 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. A Presidência vai renovar a votação do veto. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Leite - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 27 Deputados. Votaram "não" 14 Deputados, totalizando 41 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.308. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.368, que dispõe sobre a concessão de reajuste aos servidores policiais civis, militares, bombeiros militares e aos ocupantes de cargos de Agente de Segurança Penitenciário, bem como de adicional de periculosidade aos ocupantes dos cargos que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, Deputados e Deputadas, solicitei a discussão do veto do Governador do Estado sobre concessão de reajuste aos servidores policiais civis, militares, bombeiros militares e aos ocupantes de cargo de Agente de Segurança Penitenciário, bem como de adicional de periculosidade aos ocupantes dos cargos que menciona e dá outras providências. Esse projeto foi aprovado, e o Governador, nas razões do veto, Deputado Durval Ângelo, diz que a proposição é resultado de negociações entre representantes do Governo do Estado e servidores civis e militares e que tem por objetivo promover a valorização dos referidos profissionais. Durante sua tramitação na Assembléia Legislativa, segundo o Governador, os interessados solicitaram a conversão do adicional de periculosidade para reajuste básico, e isso aconteceu.

E, como o pedido foi atendido, não é preciso mais existir o adicional de periculosidade. Discordo dessa posição do Governador de que, agora que foi incorporado, os policiais civis não precisam mais do adicional. Talvez essa atitude seja anúncio, reflexo do choque de gestão na segurança pública, já que o Secretário Anastasia assumiu ontem essa Pasta, e haverá mais cortes. Agora o adicional de periculosidade não mais existirá para a polícia, que, segundo ele, já está satisfeita com o reajuste que obteve, algo que o Deputado Sargento Rodrigues sabe que não é verdadeiro. A polícia continua ganhando muito mal no Estado de Minas Gerais por causa do próprio choque de gestão.

Aliás, Deputado Gilberto Abramo, os jornais tratam a questão da segurança pública como se tivéssemos conseguido um novo super-herói em Minas Gerais, o Secretário Anastasia, de Defesa Social. Esse super-herói vai acabar com as forças do mal no Estado. É impressionante: como se o problema fosse o Secretário; como se o Secretário Lúcio Urbano fosse o responsável pelo fato de, na defesa social, nada ter dado certo. Mas, agora, arrumaram um Secretário durão que vai fazer choque de gestão, de tolerância zero na segurança pública em Minas Gerais. Acredite quem quiser.

Concedo aparte ao Deputado Durval Ângelo, que dará sua opinião a respeito desse assunto. Tenho a minha, mas gostaria de escutar o que o Deputado Durval Ângelo, que também atua na área de direitos humanos e acompanha a segurança pública, tem a dizer sobre o anúncio da existência de um super-herói que resolverá os problemas de segurança pública em Minas Gerais.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Como havia o super-herói Capitão América na infância dos nossos pais, defensor dos pobres, dos oprimidos e da liberdade, agora chamam o "Capitão Anastasia".

Primeiramente, temos que analisar essa convocação, que, para mim, significa o reconhecimento do Governador de que a política de segurança pública e defesa social vai muito mal. E, mais do que isso, acho que é o reconhecimento do fracasso da política desenvolvida.

A matemática não mente: os números do aumento da violência em Minas Gerais são assustadores. É interessante perceber que, em três anos de Governo Aécio Neves, a violência cresceu duas vezes mais que no Estado do Rio de Janeiro. Isso não quer dizer que a nossa violência seja maior que a do Rio, mas mostra que o crescimento em curto espaço de tempo não reflete a boa proposta de integração das ações das Polícias

Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros. O que se conseguiu integrar até agora foi o sistema de rádio, aliás, usado muitas vezes para se falar mal do próprio Governador, como ocorreu no último movimento reivindicatório dos policiais militares. A integração serviu, pelo menos, para isso.

Reconheceu-se que a situação está mal. Mas o que vemos com estranheza é que colocaram alguém que tem promovido, por onde passa, corte de gastos, congelamento de salários de servidores, como vimos na Saúde, na Educação, na Administração, na Fazenda; alguém que tem demonstrado ser eficiente em cortes. Dizem nos bastidores que a saída dele ocorreu em razão de um conflito com um Secretário de Governo, o Deputado Danilo de Castro, devido a essa política de "austeridade". Por isso, o meu receio é que a presença desse super-herói na Secretaria, além de não resolver nada, agravará o problema da segurança no Estado.

Acho que teriam soluções internas mais eficientes, se o Governo as fizesse. Mas estão querendo colocar um biombo, como se o Governador tivesse assumido a gestão do problema de segurança pública e defesa social, e esse biombo, mais uma vez, esconderá o problema com "marketing". Hoje todos os jornais estão estampando que a salvação é a presença do Sr. Secretário Anastasia, com o objetivo de mistificar, de esconder a realidade, algo que o Aécio faz muito bem. Ele acaba vendendo gato por lebre, acaba mostrando que alhos são bugalhos.

Temos de criticar, aproveitando esse veto que está sendo apreciado. Mais uma vez, de todas as ações do Governador, acho que a montanha vai parir um rato. O único investimento que se fez até hoje em segurança pública, no Estado, foi o repasse do Governo Federal para a compra de viaturas e armamentos, ocorrido há um ano. É certo que gostaríamos que houvesse mais recursos, mas se o Lula fosse usar a política que Fernando Henrique Cardoso usou com o Azeredo, concedendo zero de recursos para segurança pública, ou se fosse usar a política de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, com o Itamar Franco, concedendo zero para segurança pública, a situação da segurança no Estado estaria muito pior.

O Programa Fica Vivo, que mereceria uma discussão à parte, e o programa de controle de homicídio são financiados com recursos do Governo Federal. O Disque Corrupção, na Ouvidoria de Polícia, amplamente divulgado pela Secretaria, é financiado com recursos do Governo Federal. Hoje não se gastam recursos do Estado com a segurança pública do Estado. Infelizmente, a única coisa que o Estado faz é pagar salário. Evidentemente, o Secretário anterior não era Secretário, era só uma figura decorativa - e não sei se no conjunto da Secretaria decorava bem; parece uma decoração de mau gosto. Mas, de qualquer maneira, o novo Secretário também não será solução. Todos queremos que medidas mais efetivas sejam tomadas em relação à segurança pública. Meu medo é que o "capitão tesoura" tesoure os recursos, que já são poucos na segurança pública.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Durval Ângelo. Antes de conceder um aparte ao Deputado Célio Moreira, o que farei com muita honra, gostaria de dizer que o Secretário Anastasia merece de todos nós, de mim, particularmente, muito respeito. O Secretário, cuja competência técnica é inegável, tem prestado um serviço para o Governo do Estado com muita seriedade, com muito trabalho, com muita dedicação. Portanto, não vai aqui nenhuma crítica pessoal ao Secretário e nenhuma crítica a seu trabalho técnico, desenvolvido com competência. Não se trata disso, mas sim de uma análise crítica de que não se resolverá o problema da segurança pública com a mídia e com o anúncio de que alguém chegou para salvar a pátria com relação à segurança pública, porque o problema é maior. Minha crítica dirige-se à mídia, ao "marketing" - que me parece a única coisa forte do Governo Aécio Neves - de que um super-herói apareceu; só faltou a capa de um capitão. Poderia muito bem ser o "capitão tesoura", como bem disse o Deputado Durval Ângelo. Mas não é um comandante que resolverá esse problema; há de se ter uma nova política de segurança pública; há de se fazer uma crítica à política de segurança pública que tem sido feita e a seu déficit no Estado de Minas Gerais. Se o Governador não reconhecer isso, se quiser apenas varrer a poeira para debaixo do tapete e fingir que solucionou o problema, se a mídia em geral repercutir o que o Governador quiser, continuaremos com os problemas. Concordo com o Deputado Durval Ângelo. Respeito muito o Secretário Anastasia, a quem não faço nenhuma crítica pessoal, mas realmente, infelizmente, está se criando uma falsa expectativa de que sua figura poderia resolver os problemas. Quais são esses problemas? Daqui a pouco vou abordá-los, porque tenho autoridade para dizê-lo. Fui relator da CPI do Narcotráfico juntamente com o Deputado Marcelo Gonçalves, que foi Presidente, e com o Deputado Sargento Rodrigues. Propusemos a formação da Comissão de Segurança Pública na Assembléia. Essa Comissão, inaugurada nessa legislatura, foi presidida pelo Deputado Sargento Rodrigues e já funcionou por dois anos. Esse ano parece que recebeu um veto do próprio Governo, que não estava gostando da atuação do Deputado Sargento Rodrigues, que não era submisso e, não engolindo os problemas como se não estivessem acontecendo, denunciou que a segurança pública ia mal. Vetaram a atuação do Deputado Sargento Rodrigues e impediram-no de participar da Comissão.

Acompanhei esses dois anos da Comissão de Segurança Pública e sei que os problemas são muitos. Chegamos a ter um compromisso do Secretário Lúcio Urbano e do Subsecretário de Administração Penitenciária, Agílio Monteiro, de que teríamos uma solução com data marcada para retirada de todos os presos da Divisão de Tóxicos e da Divisão de Furtos e Roubos. O Deputado Sargento Rodrigues e eu fomos à Divisão de Tóxicos. O Sargento Rodrigues comunicou aos presos a data fixada pelo Secretário para que todos estivessem fora da Divisão de Tóxicos. Hoje, não podemos nem passar na porta que os presos perguntam quando irão sair. O problema não foi resolvido, como não foi resolvido na Furtos e Roubos. Ou seja, a Polícia Civil continua tomando conta de bandido, quando deveria exercer as funções de polícia técnica. Esse é um problema fundamental. Não adianta o Secretário Anastasia assumir e a segurança pública não ser prioridade do Governo do Estado.

Existe a proposta do Sargento Rodrigues de criar um fundo estadual de segurança pública. Fui o relator dessa proposta, fiz algumas modificações, fizemos campanha, e o Presidente Mauri Torres não coloca a proposta em votação. Já existe o fundo nacional. O Governador Aécio Neves só sabe dizer que está vindo pouco dinheiro do Governo Federal. Mas cadê o fundo estadual de segurança pública, que não é criado? Tudo bem que está vindo pouco dinheiro, mas o que o Governo do Estado vai fazer, além de chorar mesada para o Presidente Lula? Parece um filho choramingando mesada para o pai.

A segurança pública não tem ação. Não sei se o Anastasia vai fazer isso, mas sua tendência é fazer novos cortes. É o choque de gestão. É o déficit zero, que é sinônimo de investimento zero. Arrocho total! Foi assim na segurança, na saúde, na educação. Temo que isso não resolva.

O veto é um pouco isto: já que deu um reajuste pequeno, não precisa de periculosidade. A polícia precisa desse adicional de periculosidade. Deveria haver os dois. Acho que a nossa bancada deve votar contra o veto, para garantir tanto o reajuste quanto o adicional de periculosidade para depois estender para a Polícia Militar. Duvido que o Secretário Anastasia faça isso, com o choque de gestão. Não adianta o Governo dizer que é culpa do Lula, que não está mandando dinheiro. Segurança pública é função do Estado. A União tem que ajudar, mas não adianta ficar choramingando para o Presidente Lula mais dinheiro para resolver um problema que o Estado não resolve. O Governador precisa agir. O Secretário Anastasia, por quem tenho muito apreço - apreço esse que aumenta por ele ser atleticano - sinceramente não conseguirá se não houver autocrítica do Governo, vontade de mudar e agir. Vamos colocar o projeto do Deputado Sargento Rodrigues em votação e vamos forçar o Governo a ter uma política de prioridade de segurança pública.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Deputado Rogério Correia, é uma honra apartear V. Exa.

A fala faz com que todos paremos para refletir. V. Exa. e o Deputado Durval Ângelo disseram que o Secretário Anastasia não acabará com a violência no Estado. Mas acho, Deputado Rogério Correia, que devemos dar nosso voto de confiança ao Secretário Anastasia. Todos reconhecemos sua capacidade e indiscutível competência. Estou com esperança de que ele ajude muito no fortalecimento da segurança.

O Deputado Durval Ângelo disse que a troca do Secretário é prova do reconhecimento do Governo de que a segurança pública do Estado vai mal. Acredito que é isso mesmo. O Secretário Lúcio Urbano colaborou muito nas discussões do problema, e o objetivo do Governo é apresentar

soluções e adotar políticas que realmente o resolvam.

Sou favorável à proposta de criação de um fundo estadual de segurança pública e concordo que os policiais precisam ser bem remunerados e ter seus direitos garantidos, mas o Secretário nem ainda começou a trabalhar e já começamos com as críticas ou a agourar sua administração. Devemos dar nosso voto de confiança ao novo Secretário.

V. Exa. sabe muito bem que subi nesta tribuna várias vezes para falar da violência, principalmente no Barreiro, e que levei ao Comando da polícia, ao Dr. Otto e ao Governador notícias da insegurança que reina naquela região. Praticamente 30 empresas se mudaram dali por causa da violência. Não agüentavam mais tanto assalto. Aliás, a insegurança e a criminalidade são um problema nacional.

V. Exa. é testemunha de que subo à tribuna para elogiar o Prefeito, o Governador e o Presidente e, quando cabe, faço críticas também. Cabe, no momento, por exemplo, citar a louvável parceria do Prefeito Fernando Pimentel com o Governador Aécio Neves. O Prefeito tem contribuído para a promoção da segurança. Fez um convênio com a Polícia Militar, comprou várias viaturas e coletes, criou o Programa Olho Vivo, enfim, iniciativas que podem dar certo.

O que não faz sentido é ficar brigando porque é dinheiro do município, dinheiro do Governo Estadual, do Governo Federal. Ora, o dinheiro é do povo. Foi o povo que pagou impostos para serem investidos em segurança e saúde. Não temos de parar na discussão de que se deve pedir dinheiro para um ou para outro. O dinheiro é do povo e precisa ser bem distribuído.

Temos de colaborar com as políticas em prol do bem comum. A população está aí gritando, pedindo, pelo amor de Deus, que se resolva a situação.

Acredito que o Prof. Anastasia, juntamente com as Polícias Militar e Civil, realizará muito. Mas ele nem começou a trabalhar ainda. Não podemos dizer que não vai dar certo. Tenho certeza de que V. Exa. e o Deputado Durval Ângelo poderão cooperar muito, apresentando soluções e acreditando no resultado.

Precisamos realizar audiências públicas, a que, tenho certeza, o Secretário comparecerá, se convidado. Iremos também à Secretaria para discutir as políticas adotadas ou a serem adotadas.

Estou confiante, Deputado Rogério Correia. Precisamos ajudar, independentemente de estar na Oposição ou na Situação. Precisamos discutir políticas e aprovar projetos que venham a contribuir para o bem comum.

A segurança vai mal? Sim, mas a mudança foi feita para melhorar e não para piorar. Os objetivos do Governo são, dentro do possível, reestruturar as políticas públicas e combater a violência. V. Exa. conhece muito bem a situação do Município de Belo Horizonte, do Estado de Minas Gerais e do Brasil. Assim, acredito que nós, parlamentares, podemos ajudar muito o Secretário, o Governador, o Prefeito e o Presidente Lula na discussão a respeito da insegurança em que vive o País.

Essa é a colaboração que queria trazer ao discurso de V. Exa., dizendo que estou à disposição para marcarmos uma reunião com o Secretário Anastasia, na qual poderemos propor algum projeto que realmente traga segurança para todos nós.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Célio Moreira. Aproveito que V. Exa. se coloca à disposição para convidá-lo, assim como ao Deputado Sargento Rodrigues, que acho que também vai gostar da idéia, e ao Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado Zé Maia, para nos encontrarmos com o Prof. Anastasia, para lhe solicitar a apreciação do projeto de lei do Deputado Rodrigues, de que fui relator, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública.

Minha opinião, Deputado Célio, é a mesma de V. Exa. Acho que isso tem de dar certo, e tomara que dê. Mas o que o Deputado Durval Ângelo disse - e com ele concordo - foi que, se não houver uma mudança na política de segurança pública, não será uma pessoa que resolverá esse problema. Não se trata de trocar o comandante. Não é esse o problema da segurança pública no Estado; não é o Dr. Lúcio Urbano o culpado pelo fato de a política de segurança pública do Estado não ter dado certo até hoje. O problema é que há um corte muito profundo de verbas e não há prioridade para a segurança pública. Assim, o que o Deputado Durval disse é o óbvio: se a ênfase for no corte de investimentos na área de segurança, não dará certo; pelo contrário, o problema de segurança pública no Estado vai agravar-se.

Por outro lado, se houver uma mudança, se o Governo do Estado finalmente fizer uma autocrítica, colocar a cabeça no travesseiro à noite e pensar que é preciso modificar essa política de déficit e de investimento zero, trocando-a por uma política de investimento no social - na segurança, na educação e na saúde - e colocando-a como dever do Estado, ao invés de apenas choramingar a verba do Governo Federal, aí, sim, poderá haver uma mudança. É o que queremos, mas isso não depende, Deputado Célio, apenas do Prof. Anastasia. Quem dera! Se fosse tão simples, tenho certeza de que tudo estaria solucionado. Bastaria que colocássemos um Prof. Anastasia em cada Secretaria. Mas não é essa a vontade do Governo, já que sua posição é a de fazer cortes nas áreas sociais, haja vista que a tabela dos professores e dos funcionários não veio até hoje. Uma professora continua ganhando R\$212,00 de piso salarial! Isso é indefensável. Dá vergonha quando as pessoas de outros Estados ficam sabendo disso, embora seja difícil que fiquem sabendo, já que a TV Assembléia só tem abrangência em Minas Gerais e os outros órgãos de imprensa não costumam dar muita atenção a esse fato. Mas, quando conto para pessoas de outros Estados que aqui o piso salarial de uma professora é de R\$212,00, elas ficam escandalizadas e acham inacreditável. As pessoas ficam assustadas com esse salário. Com esse tipo de política, realmente não há quem agüente.

Então, o que estou propondo é uma mudança. Tomara que o Prof. Anastasia vá para a Segurança Pública, para criar o Fundo Estadual de Segurança Pública e conseguir recursos. Acho que ele deve, sim, reivindicar mais recursos do Governo Federal, o que é justo, mas não pode ficar só nisso. "A culpa é do Lula; não tenho dinheiro"... O Aécio vai lá e diz: "Ô, Presidente, está faltando dinheiro"... Parece um menino pedindo mesada para o pai. Ele já é adulto. O Governo do Estado também tem de agir e ter as suas opções de investimento.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Nobre Deputado Rogério Correia, assim como V. Exa., acho que o debate que se trava hoje - já que se trata de um veto a proposição que trata de questões pertinentes aos servidores públicos - permite-nos discutir sobre o serviço público em Minas Gerais, até na área de segurança. V. Exa. tem razão: não se trata de um debate sobre a capacidade de quem saiu e de quem entrou. Como Líder do Bloco PT-PCdoB, tenho a maior liberdade para reconhecer a competência, o espírito público, o respeito à gestão pública e a qualificação técnica do Secretário Anastasia. É um quadro dos mais bem preparados em gestão pública no País.

Não há nenhuma dúvida sobre isso. Evidentemente, ele integra um Governo que tem um rumo conservador nas suas finalidades. É um Governo que encaminhou seu plano plurianual à Assembléia Legislativa com 30 projetos estruturadores e nenhum projeto prioritário de inclusão social de famílias pobres. Foi a Assembléia Legislativa, por meio de uma emenda popular da Comissão de Participação Popular, que presidi à época, que ampliou de 30 para 31 o número de projetos estruturadores. Esse é um bom exemplo, porque, ao instituir os projetos estruturadores, o Governo avançou na gestão.

O Secretário Anastasia e toda a sua equipe, inclusive o Subsecretário Tadeu Barreto, muito competente, avançaram do ponto de vista da identificação de prioridades e da existência de um método de governo, mas a decisão política do conjunto do Governo não foi a de priorizar a questão social. E isso pode ocorrer agora, V. Exa. tem razão. Por exemplo, temos necessidade urgente do envio das tabelas remuneratórias. O servidor público estadual não tem nenhum tipo de reajuste há muitos anos. É uma luta árdua. Primeiro, veio o choque de gestão para aprovar a previsão de remessa dos planos de carreira. Depois, aquela luta árdua para aprovar os planos de carreira. Agora, as tabelas remuneratórias. E as tabelas, segundo o Secretário de Governo, virão paulatinamente ao longo do ano. Que prioridade é essa?

O Bloco PT-PCdoB já procurou, junto com as lideranças sindicais, o Presidente da Assembléia. Estamos cobrando o envio das tabelas remuneratórias. Neste primeiro momento, não atrasaremos os trabalhos do Poder Legislativo. O Bloco PT-PCdoB, na sua ampla maioria, vem dando quórum, porque parece que a base aliada anda insatisfeita. A opinião de vários Deputados e Deputadas é que há Secretários pensando mais na eleição do próximo ano do que na gestão de seus projetos prioritários. Não nos compete discutir isso, pois é um problema da base aliada. Não obstruiremos neste momento. Quando discutirmos projetos prioritários do Governador, como, por exemplo, vários empréstimos, aí sim, indagaremos qual é a prioridade da pauta legislativa, que, para nós, passa necessariamente pela correção das injustiças com os servidores públicos estaduais espalhados por toda Minas Gerais. É inadmissível um salário tão baixo para os professores e para outras categorias.

Queremos uma política de valorização do servidor, um IPSEMG forte. Estamos preocupados com o IPSEMG. Felizmente, o requerimento do Deputado Rogério Correia foi acolhido neste ano, diante da situação perigosa que se avizinha para o IPSEMG, e criou-se uma Comissão Especial que tem nossa participação, por intermédio do Deputado Edson Rezende. Queremos a sustentabilidade e um compromisso do Governo Estadual com o IPSEMG.

Queremos discutir a questão da segurança pública, não apenas em termos de competência. Se o critério fosse esse, o setor de segurança pública estaria bem servido com o Secretário Anastasia, que tem sua competência reconhecida por este Deputado e por vários integrantes de todos os partidos políticos. Queremos que exista um real compromisso com a valorização do serviço público, do Estado forte onde deve estar e a perspectiva da segurança pública na ação preventiva, na ação da política pública social, na ação educacional.

Como discutiremos a retirada dos jovens da rede do tráfico se não fortalecermos o ensino médio no Estado de Minas Gerais, se não valorizarmos os professores e se não desenvolvermos políticas inclusivas para as pessoas mais pobres?

É disso que estamos tratando. Qual é o projeto do Estado? É simplesmente o déficit zero? O ICMS está crescendo, conforme os jornais estão noticiando. Está crescendo como nunca cresceu. Isso é fruto do crescimento econômico, resultante da política exitosa do Ministro Palocci e do Presidente Lula, que gerou crescimento econômico histórico em 2004, fazendo com que o Governo Federal não renovasse o acordo com o FMI. Esse crescimento está ajudando na arrecadação da receita estadual.

Qual é a repercussão da receita nas políticas públicas estaduais? No ano passado, o Governo do Estado cancelou 21 mil bolsas-escola de famílias pobres do Jequitinhonha. Se a Oposição não reagisse, não teríamos salvado essas bolsas-escola. Felizmente, as denúncias feitas neste Plenário foram acolhidas pelo Programa Bolsa-Família do Presidente Lula e do Ministro Patrus Ananias, que, mais uma vez, respeitando o pacto federativo e valorizando Minas Gerais, aplicaram - como nunca se tinham aplicado - recursos em nosso Estado. Na semana passada, acompanhamos a criação de uma fábrica de biodiesel. Foram investidos US\$1.000.000.000,00 na PETROBRAS de Ibirité, pólo petroquímico de acrílico, e na reforma da Refinaria Gabriel Passos.

Queremos investimentos em políticas sociais, a fim de que os jovens tenham ensino médio de qualidade, tenham cursos profissionalizantes e não caiam na rede do tráfico de drogas. Discutir segurança pública é investir na questão social. O Estado precisa de orientação política clara, ideológica, de valorização do serviço público e dos direitos básicos de cidadania. Não queremos que o Estado de Minas fortaleça apenas o agronegócio e o mercado, que são fundamentais, mas o papel do Estado não é somente criar condições para livre concorrência, mas também, por meio dos recursos auferidos, beneficiar o povo mais pobre.

Deputado Rogério Correia, concordo com V. Exa. A questão da segurança pública vai muito além da troca de Secretário, por mais competente que seja - e é - o Dr. Anastasia.

O Deputado Rogério Correia - Deputado André Quintão, muito obrigado. V. Exa. explicou muito bem o que estamos fazendo. Não temos nada pessoal ou sob o ponto de vista técnico contra o Secretário Anastasia, que, sabidamente, é uma autoridade muito competente.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Rogério Correia, agradeço o aparte. Serei bem mais rápido que o Deputado André Quintão. Para ajudar nessa reflexão que V. Exa. nos traz, abordarei as questões da causa e do efeito. Os efeitos da criminalidade e da insegurança podem ser percebidos nas ruas de todas as cidades grandes e pequenas.

Precisamos refletir sobre as causas de tudo isso para não julgarmos que a polícia resolve somente problemas relacionados à segurança pública. O Deputado André Quintão abordou os problemas sociais, que são muito graves em todo o Brasil. Chamo a atenção, Deputado Rogério Correia, para o desrespeito às leis, procedimento que se transformou em regra. Existe uma lei estadual que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas margens de estradas, mas em qualquer bar ou boteco existem todos os tipos de bebidas alcoólicas. Não existe fiscalização do cumprimento da lei.

Desse jeito, todos se sentem no direito de transgredi-la de alguma forma. Geralmente, Deputado Rogério Correia, pensamos: o que têm a ver os Códigos de Posturas das cidades com criminalidade e polícia? Têm tudo a ver. Não tenho dados precisos, mas, hoje, acima de 80% dos bares e botecos das cidades brasileiras não têm alvará de funcionamento. Isso significa que um bar num lugar errado, contrariando a própria lei, criaria um atrito com a comunidade, e, evidentemente, a polícia seria usada de forma desnecessária, eu diria. São causas de tudo o que estamos vivendo a justiça lenta, a impunidade, Juízes políticos que não tomam decisões legais, mas políticas.

Cito o caso da Indonésia, daquele brasileiro que transportou cocaína na asa-delta. A Indonésia tem lei e a cumpriu. Podemos até considerar a pena de morte um absurdo, mas cumpriu-se a lei do país. Se o Brasil não cumprir efetivamente a lei, a desordem grassará por todo lado. No mesmo dia da condenação do brasileiro na Indonésia, o advogado do Presidente da associação do Bairro Rocinha, que tinha sido preso por tráfico de drogas, entrou com um pedido, e ele ficou livre. Agora existe o processo, e nem sei se a polícia o pegou. Isso significa que o País está uma baderna com relação ao cumprimento das nossas leis.

V. Exa. participou da CPI do Narcotráfico e constatou que a prisão é hoje uma verdadeira escola do crime, não promovendo a recuperação do preso. Deputado Rogério Correia, o Estado brasileiro, de modo geral - não o Estado em si - , é também injusto e ditador. Ontem estávamos na Comissão de Direitos Humanos, tratando do problema dos precatórios. Se o cidadão deve ao Estado, ele é impedido de tudo, mas, quando o Estado deve ao cidadão, ele não paga. Isso é podre, é uma balela.

Fazendo essa reflexão, quero dizer a V. Exa. que os municípios estão criando as guardas municipais para cuidar da escola, para evitar que os traficantes aliciem as nossas crianças ali. É um avanço, é uma atitude louvável, mas também não resolve. A nossa Polícia Militar é uma das melhores do Brasil, inegavelmente, e sabemos dos problemas da Polícia Civil, que também tenta cumprir o seu papel. Mas não podemos,

Deputado Rogério Correia, fugir da realidade. A base da criminalidade chama-se tráfico de drogas. Já falei isso uma vez e volto a repetir. Em relação ao tráfico de drogas, não podemos deixar de discutir o papel da Polícia Federal. A droga entra no Brasil por todos os flancos, e o combate interno, constitucionalmente, é obrigação da Polícia Federal. E, evidentemente, a Polícia Rodoviária Federal também tem função importante no que diz respeito aos principais eixos. Faça essa reflexão para que o debate seja amplo e democrático.

Com relação ao Secretário Anastasia, a integração da ação das polícias é importante. Também não é solução, mas é relevante. Essa integração nada mais é que uma gestão para que as polícias tenham uma ação coordenada, conjunta. Creio na competência de gestão do Prof. Anastasia, como foi dito por todos aqui. Vem a esperança de que a integração de força das polícias, sem esquecer a Polícia Federal, possa acontecer com mais eficiência. Essa é a nossa expectativa. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Paulo Piau, concordo com V. Exa. É evidente que a responsabilidade da Polícia Federal, especialmente no controle das fronteiras, tem de ser ampliada. A Polícia Federal ainda está muito sucateada, apesar de o Presidente Lula ter aberto concurso, que não existiu no órgão durante os oito anos do Governo passado. Foi ficando sucateada, e hoje V. Exa. é testemunha de que o trabalho da Polícia Federal melhorou muito. Ela tem sido responsável por ações importantes no Brasil, inclusive por um melhor controle da fronteira. Concordo com V. Exa. que ainda não é o suficiente, embora ressalte que a Polícia Federal melhorou muito. É elogiada não só em âmbito nacional, mas internacionalmente, a melhora que a Polícia Federal tem apresentado também no combate à corrupção e ao narcotráfico.

Já está no Congresso Nacional para ser votado projeto de lei de iniciativa do Presidente Lula, que dá às Forças Armadas função de controle do tráfico de drogas nas fronteiras, em conjunto com a Polícia Federal. Acho que devemos reforçar isso, porque as Forças Armadas podem desempenhar papel importante no controle das drogas, que, infelizmente, ainda entram com muita facilidade no País pelas fronteiras. O Deputado Sargento Rodrigues fez parte da CPI do Narcotráfico e sabe disso. Esse é um assunto que evidentemente faz parte da segurança pública. Apenas quero dizer que se trata de um conjunto. Por isso, acho que o enfoque dado pelo Governo e pela mídia ao Secretário como salvador da pátria, com tolerância zero porque fez o déficit zero, é equivocado. Se não houver investimento, o Secretário pode ter toda boa-vontade do mundo que as coisas não irão melhorar. Uma sugestão é a criação do fundo estadual de segurança pública, que já existe em outros Estados e poderia existir aqui. Não é nenhum absurdo, é dinheiro proveniente de taxas de segurança pública, de multas etc., que irá para um fundo e não mais para o caixa único, e será aproveitado em sua totalidade na questão da segurança pública.

É uma idéia simples. Não sei o porquê da resistência do Governo até agora. Espero que o Secretário Anastasia tenha outra visão ao tratar da segurança pública, com autocritica do Governo. Se for assim - tomara que seja -, creio que a medida poderá dar certo, pois competência o Secretário tem.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero agradecer ao Deputado Rogério Correia e dizer do apreço e do respeito que tenho por V. Exa. e pelo mandato que exerce nesta Casa, assim como pelo que exerceu por dez anos na Câmara dos Vereadores. Tivemos aqui um viés completamente diferente do que foi colocado. A discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição nº 16.368 é fruto de um acordo. A questão dos 10% de periculosidade ou 10% de reajuste linear era opcional. O Governo propôs isso para as categorias e não poderia deixar de fazer esse registro, porque fui parte desse acordo. Com um sentimento de responsabilidade e de sinceridade, não poderia me furtar de fazer não a defesa do Governador Aécio Neves, mas a defesa do acordo que foi celebrado entre as lideranças da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e dos Agentes Penitenciários, obviamente com o nosso aval, participando, aliás, de documento assinado pelos Secretários, pelos Chefes de Polícia, pelas lideranças de classe, e por esse Deputado. Portanto, esse veto está mais do que acordado. As categorias optaram por 10% de reajuste linear e não 10% de periculosidade. Com o advento da Emenda à Constituição nº 20, temos a não-incidência do adicional de periculosidade sobre outras gratificações.

A forma como o Deputado Durval Ângelo falou do Secretário Antônio Augusto Junho Anastasia foi desrespeitosa, irônica e jocosa. Tenho profundo respeito pelo Secretário e tenho certeza de que a sua competência na área de gestão pública o faz uma pessoa extremamente competente para lidar na área da Secretaria de Defesa Social.

Assim como V. Exa., Deputado Rogério Correia, deu-nos parecer favorável, votado e aprovado pela Comissão, quando relator do projeto que diz respeito à criação do Fundo Estadual de Segurança Pública, tenho a certeza de que a competência do Prof. Anastasia fará com que haja diálogo mais franco e aberto com o Governador Aécio Neves. Renovo as minhas esperanças de que o Fundo Estadual de Segurança Pública será aprovado.

Quero deixar claro que em segurança pública não existe salvador da pátria. Não foi essa a intenção do Governador quando da nomeação do Secretário Anastasia, que não se intitula assim e não é nenhum salvador da pátria. Mesmo porque, nesta Casa, não há nenhum Deputado à altura de se intitular salvador da pátria na área de segurança pública. A questão da segurança pública é muito complexa e é de responsabilidade dos Governos Federal, Estadual e municipais. Podemos falar desse assunto com muita propriedade. Temos dois eixos claros para que possamos avançar. Mas como avançar? Por meio de um conjunto de ações firmes e de forma disciplinada. Temos de reconhecer que o Governador Aécio Neves teve a coragem de fazer isso em nosso Estado. A primeira medida sólida nesse sentido foi a criação da Secretaria de Defesa Social. O Governador, portanto, deu o pontapé inicial, coisa por que lutamos bravamente no Governo Itamar Franco. Mas o Governador Itamar Franco teve medo de integrar as forças policiais, porque entendia que uma corporação era bicentenária, porque havia isso ou aquilo e se esqueceu do interesse maior, o da sociedade. O Governador Aécio Neves assumiu o Governo do Estado, criou a Secretaria de Defesa Social, subordinou os Chefes de Polícia ao Secretário único, fazendo-os sentar-se a uma mesma mesa, sob a coordenação de um Secretário.

O Secretário Lúcio Urbano teve papel importante, porque enfrentou um momento mais difícil. Não foi, como disseram aqui, criticando a sua pessoa, apenas uma figura decorativa. Respeito-o e entendo que desempenhou bem o papel de transição que lhe foi confiado.

Mas chegou o momento de trazer à Secretaria de Defesa Social alguém com competência para gestão pública. Hoje carecemos mais do que nunca de ações nessa área na Secretaria. Posso afirmar que há desperdícios e que o Governador, com auto-crítica e reconhecendo que algo não funcionava bem, teve a coragem de fazer alteração no momento certo. Por isso, ontem, desta tribuna, o parabeneizei.

Renovo minhas esperanças de que, estando à frente da Secretaria de Defesa Social o Secretário Antônio Augusto Anastasia, haverá melhoramentos na área de segurança pública. Com certeza, o aparato de segurança pública funcionará melhor, porque serão estabelecidas metas e prazos, de forma sólida e criteriosa.

Acredito piamente que o Secretário não fará cortes na área de segurança pública. Se V. Exa. ler os jornais de hoje, em especial o "Estado de Minas", verificará que a fala do Governador visa dar maior aporte de recursos financeiros.

Deputado Rogério Correia, quero agradecer a V. Exa. e dizer que o Governo Federal tem uma enorme responsabilidade em relação à segurança pública. Tenho dito que o Governador não deveria pedir as migalhas do Fundo Nacional de Segurança Pública, mas exigir, porque a responsabilidade por segurança pública, no que diz respeito ao controle das fronteiras, ao contrabando de armas e ao tráfico de drogas, é do Governo Federal. E o Governo Federal vem fazendo muito mal esse tipo de controle. V. Exa. sabe que o desdobramento disso é avassalador nos Estados e nos municípios.

Quero ainda registrar que o Governador Aécio Neves tem lutado bravamente pela reforma tributária, e os Prefeitos, inclusive aqueles que V. Exa.

defende, para que haja acréscimo no Fundo de Participação dos Municípios. Não se trata, portanto, de pedir migalhas, mas de ir a Brasília e exigir do Governo Federal o repasse não apenas aos Estados, mas também aos municípios. É isso que o governante deve fazer.

Novamente registro minha confiança absoluta no Secretário Anastasia. Ele não é salvador da pátria - pois não existe salvador da pátria em segurança pública, tema muito complexo -, mas tem o nosso respeito.

Como disse o Deputado Célio Moreira, ele acabou de assumir a pasta. Precisamos, no mínimo, dar um voto de confiança ao Secretário, esperar que as metas sejam fixadas e os prazos estabelecidos para que, futuramente, possamos saber se o Governo acertou ou não.

Por ora, agradeço a V. Exa. por sua intervenção. Continuo pedindo que o Bloco PT-PCdoB nos apóie na aprovação do Fundo Estadual de Segurança Pública. Levaremos esse anseio ao Secretário Anastasia, pessoa sensível e coerente. Tenho certeza de que ele é a melhor pessoa neste Governo para dialogar com o Governador, mostrando que segurança pública precisa ter recurso vinculado. Obrigado. Tenho muito respeito e apreço por V. Exa.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Tenho alguns comentários a fazer sobre a intervenção de V. Exa., mas o Deputado Célio Moreira me pediu um aparte. Apenas quero registrar que o Secretário Anastasia sai nos devendo as tabelas salariais, um compromisso dele. Espero que, ao sair da Secretaria de Planejamento, isso não signifique que as tabelas não venham. Os planos de carreira não andam sem tabela salarial. Cansei de dizer que é igual a carro sem motor. Tomara que a saída dele não signifique estancar as tabelas salariais. O Governo tem essa dívida com todos os servidores.

O Secretário foi competente, sem dúvida, mas foi muito competente no corte de investimentos, na fabricação do investimento zero. Déficit zero é igual a investimento zero. Nisso ele teve competência. Tomara que agora seja competente para criar o Fundo Estadual de Segurança Pública. Esperamos que ele mude sua competência para o investimento social e não fique no corte dos investimentos sociais. É o que todos desejamos. Concedo aparte ao Deputado Célio Moreira.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Vamos cobrar pulso forte do Secretário de Governo. As Corregedorias das Polícias Civil e Militar precisam ser mais ágeis com seus processos. Não sei se é do conhecimento de V. Exa., mas ontem a imprensa noticiou uma situação gravíssima. Uma mulher foi prestar queixa em uma delegacia e o policial a abordou, parece que a assediou. Ela recusou. Essa mulher estava grávida. Forjaram um flagrante para ela, que foi presa, perdeu o bebê, e agora foi comprovada sua inocência. O Governo foi condenado a pagar uma indenização.

A população, de modo geral, precisa contar com as Polícia Civil e Militar como amigas, e não ter medo. Já discutimos que as Polícias Civil e Militar precisam combater com rapidez e firmeza os marginais e pilantras com carteira de polícia. Precisamos discutir esse fato, que levaremos para o Secretário e para o Governador. Não dá mais para conceber que um policial possa coagir pessoas de bem, que pagam o seu salário para garantir a sua segurança. É lógico que há exceções, a maioria é de bons policiais, mas há muito bandido com carteira de polícia.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Célio Moreira, o senhor tem toda a razão.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria de deixar o tempo que me resta para a parte da tarde. Como claramente não há quórum, há apenas oito Deputados em Plenário, solicito a V. Exa. que encerre a reunião.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O Deputado Rogério Correia - Ainda estou no meu tempo, não concedo aparte ao Deputado e solicito ao Presidente o término da reunião.

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - A Presidência, tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, solicita ao Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Zé Maia) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 18 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Serei breve, apenas quero me defender, pois foi em nome de Minas Gerais e como Presidente do Fórum de Secretários de Assistência Social que tratei, com o Governo Federal, da implantação de um programa único de transferência de renda para as famílias brasileiras.

Foi dito pelo Deputado André Quintão que o Ministro Patrus Ananias tratou dessa questão. Quando ele foi nomeado Ministro pelo Presidente Lula, encerrou-se toda a discussão, mas esta foi iniciada nos Estados e em Minas Gerais pela Ministra Benedita da Silva. O Secretário Executivo do Ministério da Assistência Social - naquele tempo, ele era chamado assim, e agora é Ministério do Desenvolvimento Social, acompanhando o que ocorre com o nome em Minas ... Apesar de toda a luta da assistência social para que permanecesse o nome como era antes e para que em Minas o nome fosse mudado... Tratei da questão pelos outros Estados e por Minas Gerais. O Governo Federal possuía uma dificuldade, especialmente o cadastro das famílias do Jequitinhonha. Em nome do Governador Aécio Neves, conversei com o Sr. Ricardo Henriques, Secretário Executivo do Ministério da Assistência Social, para que esse cadastro fosse entregue ao Governo Federal, o que ocorreu. Agora, sou surpreendido com uma fala irada do Deputado André Quintão, dizendo que Minas Gerais simplesmente abandonou as famílias do Jequitinhonha. Houve uma solicitação, e tenho o documento guardado e assinado. Esse foi um entendimento entre mim e o Governo Federal, por meio do Secretário Executivo Ricardo Henriques. Tenho o protocolo e a assinatura, no dia 21/10/2003. Portanto, lamento que esse assunto seja trazido aqui dessa maneira. Procuro acompanhar a questão da assistência social com respeito e lamento que ela seja abordada assim. O Governo Federal atropelou os municípios e os Estados - participarei desse debate e vejo o Deputado André Quintão ao microfone; é bom que se abra o debate - e se esqueceu de que existe, neste País, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Pegaram 92% dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social pertencentes à rede social do País e jogaram em um programa do Governo Federal. Esses são dados da professora Ivanete Boschetti, da UnB. Foram criados nos municípios comitês gestores de assistência social do Fome Zero, e se esqueceram dos Conselhos Municipais de Assistência Social. Foram também criados os CONSADs nas regiões dos Estados.

Quando foi Ministra Benedita da Silva, foram criados escritórios do Ministério de Assistência Social nos Estados, atropelando-se a Constituição e a LOAS. Vem aqui o PT, por meio do Deputado André Quintão, acusar o Governo de Minas e todos os Secretários de assistência deste País, os quais tive a honra de representar em todas as discussões com o Governo Federal. Vem aqui dizer que as famílias do Jequitinhonha foram abandonadas. Eu, Sr. Presidente, em nome do Governo de Minas, tive o cuidado de entregar ao Governo Federal os dados, o cadastro, já que ele não o tinha. Em Minas Gerais procuramos criar um sistema de informatização, que está no projeto estruturador, um programa para que tivéssemos, em tempo real e muito breve em Minas Gerais, conhecimento da situação social de todas as famílias; criar a figura do agente social de proteção à família, que conhecerá e acompanhará os dados de todas as famílias dos Estados.

Agradeço a V Exa. a oportunidade de poder falar daquilo que acompanhamos e a verdade que aconteceu. Esse foi o entendimento na época da Ministra Benedita da Silva. O Governo Federal faria o programa de transferência de renda, e os Governos Estaduais ficariam com os programas complementares.

Quero dizer isso, porque também ocupei a Pasta do Trabalho em Minas Gerais. Nunca, na história do Brasil, recebemos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador como neste Governo, como no Governo Fernando Henrique, em que chegamos a ter a liberação de R\$500.000.000,00 para a qualificação de trabalhadores. Tivemos um contingenciamento brutal do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Minas Gerais, que chegou a receber R\$50.000.000,00 para qualificar trabalhadores, no ano em que eu estava na secretaria, recebeu R\$3.000.000,00. Dá a impressão de que esse dinheiro pertence ao Governo Federal, porque os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador foram utilizados para superávits primários, para atender à cartilha do FMI.

Lamento que o meu partido, o PSB, ainda dê sustentação para este Governo e seja atacado dessa maneira. Se existe uma responsabilidade do Governo Estadual, e ela existe em relação ao trabalho, muito maior é a do Governo Federal. Estamos acompanhando o aumento do desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me ter passado o tempo, mas era meu direito apresentar essas questões.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Esta Presidência informa ao Plenário que iria proceder ao encerramento da reunião por falta de quórum, mas, por liberalidade, concedeu a palavra ao Deputado João Leite e fará o mesmo com relação à solicitação do Deputado André Quintão, pois ambos foram citados e têm o direito de fazer uso da palavra pelo art. 164 do Regimento Interno. Gostaria de dizer também que não concederá a palavra a mais ninguém. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, quero dizer que, em aparte ao Deputado Rogério Correia, não mencionei nome de nenhum Deputado. Pelo contrário, disse que uma denúncia veiculada nesta Assembléia reverteu o corte do Bolsa-Escola de 21 mil famílias do Jequitinhonha. Digo, repito e provo isso.

Esse assunto foi amplamente discutido neste Plenário. Lembro-me, aliás, de que havia conversa, a formalização de um pré-acordo, mas não havia nenhum cronograma acertado. No entanto, unilateralmente, o Governo do Estado comunicou às coordenadorias do programa de dezenas de municípios do vale do Jequitinhonha que, a partir do mês de abril de 2004, nenhuma família receberia mais o Bolsa-Escola.

O Poder Legislativo existe para fiscalizar o Executivo. Assim, fez a denúncia, e, a partir daí, o Governador Aécio Neves, com bom-senso, voltou atrás; no prazo de dois ou três meses, foi feita a migração dos cadastros para que as famílias não ficassem muito tempo sem receber os recursos. Aí sim, um convênio, um acordo entre o Ministério e o Governo do Estado no Palácio da Liberdade foi assinado. Na época, isso foi reconhecido publicamente. Não se trata de um ou outro Secretário. Aliás, esse programa era vinculado à área de educação, nem era à SEDESE. Mas isso é fato. Está comprovado.

Tenho um respeito profissional, político e até pessoal muito grande pelo Deputado que me antecedeu. Não faço aqui nenhum tipo de avaliação, mesmo porque esse era um programa da área de educação. A própria Secretária discutiu e reconheceu que aquele foi o melhor caminho. A denúncia feita aqui gerou uma solução para o problema, porque acelerou o processo de cruzamento de cadastros.

Agora, vir aqui criticar a política de assistência social do Governo Federal? Vamos comparar.

Por liberalidade do Presidente, não me vou estender, mas vou trazer os dados em valores. Faço um desafio. Vamos comparar o que o Governo Federal e o que o Governo Estadual aplicam em Minas. Vamos comparar o orçamento do Estado para o projeto de inclusão social de famílias pobres e vamos comparar o gasto do Governo Federal com o PET, com o Agente Jovem e com o Programa Bolsa-Família, para ficar nesses programas, em Minas Gerais. É só comparar os dados. O Governo Estadual nem sequer manteve as antigas coordenações técnicas do Programa Bolsa-Escola para acompanhar as famílias. Qual é o programa complementar do Estado para as famílias atendidas pelo Programa Bolsa-Família em Minas? Quais são esses programas complementares? A equipe técnica nem sequer ficou para fazer as reuniões e o acompanhamento das famílias. E aquelas pessoas da área da educação queriam continuar fazendo esse trabalho.

Desculpe-me o Deputado que me antecedeu, mas o episódio do corte do Programa Bolsa-Escola para as 21 mil famílias do vale do Jequitinhonha foi um fato publicamente reconhecido e discutido nesta Assembléia que chegou a bom termo. Houve acordo, houve conversa, e o que é principal, as famílias do Jequitinhonha recebem hoje como nunca receberam o Programa Bolsa-Família do Governo Lula e do Ministro Patrus Ananias.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA EM 4/4/2005

Presidência do Deputado Carlos Pimenta

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparece o Deputado:

Carlos Pimenta.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Pimenta) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 5, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão de Segurança Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 29/3/2005

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Leonardo Moreira, Antônio Júlio e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a fixar dia e horário das reuniões ordinárias. Em seguida, determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Sargento Rodrigues para atuar como escrutinador. Apurados os votos, é proclamado o resultado, sendo eleitos os Deputados Zé Maia e Leonardo Moreira para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Presidente "ad hoc" declara empossado como Presidente da Comissão o Deputado Zé Maia. Ao assumir a condução dos trabalhos, o Presidente dá posse ao Vice-Presidente, Deputado Leonardo Moreira. Após negociação entre os membros da Comissão, fica decidido que as reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas às terças-feiras, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2005.

Zé Maia, Presidente - Marlos Fernandes - Leonardo Moreira.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 6/4/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.303, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO - o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.317, que dispõe sobre o ensino religioso na rede pública estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.334, que disciplina a utilização de câmeras de vídeos para fins de segurança. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 9º e pela rejeição do veto ao art. 10.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.349, que altera incisos dos artigos 2º e 3º da Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.350, que determina a inclusão de conteúdos referentes à cidadania nos

currículos das escolas de ensino fundamental e médio. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.359, que dispõe sobre o acondicionamento de produtos pelo fornecedor. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.362, que altera o artigo 2º da Lei nº 12.971, de 27/7/98, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.363, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.790, de 20/10/2003, que proíbe, em situação de urgência e emergência, a exigência de depósito para internamento em hospital da rede privada e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.368, que dispõe sobre a concessão de reajuste aos servidores policiais civis, militares, bombeiros militares e aos ocupantes de cargos de agente de segurança penitenciário, bem como de adicional de periculosidade aos ocupantes dos cargos que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.369, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.374, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2005. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 6/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 571/2003, da Deputada Jô Moraes.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 12/2003, do Deputado Ricardo Duarte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 6/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagens nºs 324/2004 e 357/2005, do Governador Aécio Neves.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.564/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 4.364/2005, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 6/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.874, 3.875, 3.876, 3.877, 3.878, 3.879, 3.880 e 3.881/2004, da Comissão de Participação Popular; 3.895 e 3.936/2004, do Deputado Fahim Sawan; 3.998/2005, do Deputado Doutor Ronaldo; 4.077 e 4.080/2005, do Deputado Célio Moreira; 4.214/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.234/2005, do Deputado João Bittar; 4.296 e 4.297/2005, do Deputado Doutor Viana; e 4.303/2005, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.875/2004, do Deputado Sargento Rodrigues.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.963, 4.001 a 4.003, 4.007, 4.009, 4.049, 4.180 a 4.182, 4.248 e 4.345/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 4.000/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.035/2005, do Deputado Weliton Prado; 4.052/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.254/2005, do Deputado Sávio Souza Cruz; 4.259/2005, da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; 4.306/2005, do Deputado Fábio Avelar; 4.330 e 4.344/2005, do Deputado João Bittar; 4.360/2005, do Deputado Weliton Prado; 4.363/2005, do Deputado Paulo Cesar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.666/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.668 e 3.818/2004, do Deputado Leonardo Quintão; 3.702/2004, da Comissão de Saúde; 3.704 e 3.705/2004, da Comissão de Direitos Humanos; 3.863 e 3.912 a 3.914/2004, da Comissão de Participação Popular; 3.931/2004 e 4.353/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.010 e 4.133 a 4.157/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 4.325/2005, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.868 e 3.911/2004, da Comissão de Participação Popular; 4.312 a 4.320/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 4.337/2005, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 6/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.885 a 3.888, 3.890, 3.892, 3.893, 3.908 e 3.940/2004, da Comissão de Participação Popular; 3.899 a 3.903/2004 e 4.097 a 4.102, 4.131 e 4.132/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 3.932/2004 e 4.336/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.117 e 4.255/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.119/2005, do Deputado Márcio Kangussu; 4.183/2005, do Deputado Leonardo Quintão; e 4.205 e 4.294/2005, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h45min do dia 6/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.055 a 4.063/2005, do Deputado João Bittar; 4.069 a 4.076/2005, do Deputado Antônio Andrade; 4.085 a 4.093/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.103 a 4.112 e 4.120 a 4.130/2005, do Deputado João Bittar; 4.170/2005, da Deputada Cecília Ferramenta; 4.171/2005, do Deputado João Bittar; 4.174/2005, do Deputado Domingos Sávio; 4.176/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.184 a 4.203/2005, do Deputado João Bittar; 4.204/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 4.208 e 4.209/2005, do Deputado Domingos Sávio; 4.210/2005, do Deputado Domingos Sávio; 4.213/2005, da Deputada Cecília Ferramenta; 4.216 a 4.225/2005, do Deputado João Bittar; 4.226/2005, dos Deputados Ivair Nogueira, Sebastião Helvécio e Leonardo Quintão, da Deputada Lúcia Pacífico, dos Deputados Gilberto Abramo, Célio Moreira, Dilzon Melo e Márcio Kangussu, da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Luiz Fernando Faria, Leonardo Moreira, Ricardo Duarte, Irani Barbosa, Gustavo Valadares, Adalclever Lopes, Weliton Prado e Domingos Sávio; 4.227/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 4.229 a 4.231/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.235 a 4.244/2005, do Deputado João Bittar; 4.274/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 4.278/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.331 a 4.335/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 4.338/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.339 a 4.342/2005, do Deputado Antônio Andrade; 4.343/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.348/2005, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; e 4.354/2005, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 7/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.911/2004, do Deputado Paulo Piau; e 1.955/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.350 a 4.352/2005, do Deputado Doutor Viana; e 4.356/2005, do Deputado José Milton.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 6/4/2005, destinadas, ambas, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 16.303, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO - o imóvel que especifica; 16.317, que dispõe sobre o ensino religioso na rede pública estadual de ensino; 16.334, que disciplina a utilização de câmeras de vídeos para fins de segurança; 16.349, que altera incisos dos arts. 2º e 3º da Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências; 16.350, que determina a inclusão de conteúdos referentes à cidadania nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio; 16.359, que dispõe sobre o acondicionamento de produtos pelo fornecedor; 16.362, que altera o art. 2º da Lei nº 12.971, de 27/7/98, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras; 16.363, que altera o art. 1º da Lei nº 14.790, de 20/10/2003, que proíbe, em situação de urgência e emergência, a exigência de depósito para internamento em hospital da rede privada e dá outras providências; 16.368, que dispõe sobre a concessão de reajuste aos servidores policiais civis, militares, bombeiros militares e aos ocupantes de cargos de agente de segurança penitenciário, bem como de adicional de periculosidade aos ocupantes dos cargos que menciona e dá outras providências; 16.369, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências; e 16.374, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2005; e dos Projetos de Lei nºs 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis; 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica; 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica; e 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de abril de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, Paulo Cesar e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/4/2005, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 30/3/2005

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, usei da tribuna pela manhã, mas, apesar da benevolência do Presidente e da paciência dos colegas Deputados, não consegui terminar o raciocínio do pronunciamento que iniciei.

Apenas para encerrar o meu pronunciamento da manhã, informo que o Deputado Jésus Lima havia observado e feito daqui um alerta de que a CEMIG havia cancelado concorrências públicas no valor de R\$1.200.000.000,00, sem que soubéssemos o motivo.

Desde então, obtive alguns dados sobre isso que me levaram, ao lado do Deputado Jésus Lima, a apresentar dois requerimentos, solicitando informações. Soube que houve duas licitações. A primeira no valor de R\$1.200.000.000,00, destinados ao Programa Luz para Todos, que é do Governo Federal - responsável por aproximadamente 70% dos recursos - em parceria com o Governo Estadual, responsável pelo processo de licitação.

A primeira licitação foi anulada. A CEMIG abriu outra - Concorrência nº 4.026 -, e o valor, ao invés de diminuir, conforme alerta do Ministério Público, subiu para R\$1.600.000.000,00. A anulação é fruto de questionamentos do Ministério Público Estadual, que constatou restrições à livre concorrência no processo em andamento. Segundo o Promotor, os preços ficaram 10% acima do valor de referência indicado pela CEMIG e nem todas as empresas puderam concorrer. Assim, o Ministério Público pediu anulação da concorrência, e, ontem, a CEMIG publicou a anulação. O Dr. Geraldo Ferreira da Silva, da Promotoria do Patrimônio Público, fez vários questionamentos à CEMIG sobre a composição do preço e aguarda resposta.

Evidentemente, isso atrasará a implantação do Programa Luz para Todos. Conforme apurei, o Ministério Público já havia alertado que o processo não respeitava a livre concorrência. Assim, espero ver os dois requerimentos aprovados. No primeiro, solicito todas as informações sobre o processo licitatório e as restrições feitas pelo Ministério Público e toda a documentação. Em seguida, solicito informação por que se decidiu pela anulação da licitação, e, por fim, quando será aberta outra licitação e quais os critérios.

No segundo, convido para virem à audiência pública o Presidente da CEMIG, o Secretário de Desenvolvimento, Wilson Brumer, um representante do Ministério das Minas e Energia - soube que o Ministério tem restrições em relação ao processo -, e o Sindicato dos Eletricistas, que fez denúncias relativas à licitação, a fim de que prestem esclarecimentos. Convidarei, também, o Promotor Geraldo Ferreira da Silva e um representante do Ministério Público Federal, levando em conta que se trata de uma parceria dos Governos Estadual e Federal.

Essa audiência pública é importante, pois a denúncia é grave. O Ministério Público constatou que não houve, no processo licitatório, a devida liberdade de concorrência, ficando restrito a quatro empresas: Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Camargo Correia e outra. Depois disso, o preço ficou 10% mais caro que o preço mínimo da CEMIG. Isso deve ser investigado. Espero a aprovação dos nobres colegas Deputados para

que essa audiência pública seja realizada. O valor é grande, R\$1.600.000.000,00. O Ministério Público questionou, e, estranhamente, o processo foi desfeito pela CEMIG. Ainda não há uma explicação pública dos motivos que levaram à anulação dessa licitação e por que ficou acima do preço da CEMIG.

Hoje pela manhã, fiz um pronunciamento questionando o processo de privatização ocorrido no Brasil e na América Latina na década de 90 e no início deste século. Foram processos prejudiciais ao povo, e hoje vivemos a ressaca neoliberal. Depois do "vendilhame" da Pátria e das vendas de nossas empresas, baixa sobre nosso povo a ressaca neoliberal. Venderam tudo e continuaram pegando dinheiro emprestado. O FMI emprestava dinheiro para o BNDES, que emprestava para empresas multinacionais fazerem privatização. Quem fez isso deveria estar preso. Quando o Presidente Lula falou que havia denúncias a respeito do processo de privatização, fizeram aquele escândalo, mas agora abrirão a CPI no Congresso Nacional. Esse processo é um absurdo! Pegava-se dinheiro do FMI a juros elevadíssimos - Fernando Henrique pegou mais de 60 bilhões de empréstimo -, o dinheiro era passado para o BNDES, que financiava uma empresa multinacional na compra de outra empresa estatal. Agora, 4 ex-Presidentes do BNDES e 14 ex-funcionários graduados estão com pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal. Mas entraram com recurso para que suas contas não fossem abertas, e estão mantendo o sigilo bancário e fiscal às custas da justiça depois desse processo prejudicial de superávit.

O Brasil procura um novo rumo, o que não é fácil depois da devassa ocorrida com o processo neoliberal. Mas é possível. Infelizmente, o Governo do Estado de Minas Gerais anda na contramão. Estamos entrando com dois requerimentos para realização de audiência pública, com a presença de representantes da CEMIG, da Secretaria de Desenvolvimento, dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e do Ministério das Minas e Energia, a fim de esclarecer a respeito do cancelamento do contrato. A audiência será realizada para esclarecer o cancelamento do contrato de R\$1.600.000.000,00. Segundo o Procurador Geraldo Ferreira da Silva, não houve transparência na licitação; não houve livre concorrência - apenas quatro empresas concorreram -; e o preço ficou 10% acima do mínimo apresentado pela CEMIG. Então, o processo foi anulado. O Promotor pediu várias informações, que coincidem com as que pedimos.

Portanto, estamos com os dois requerimentos assinados para tentarmos verificar o que de fato aconteceu nesse estranho processo de licitação. Isso precisa ser averiguado. Não se trata de pouco dinheiro, são R\$1.600.000.000,00. É muito dinheiro para uma empresa como a CEMIG.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, é bom que se diga que a ELETROBRÁS e a CEMIG assinaram um contrato no valor de R\$200.000.000,00 para o Programa Luz para Todos realizar 70 mil ligações no Estado. O Governo Federal já disponibilizou aos cofres da CEMIG R\$58.000.000,00, a um custo de R\$3.600,00 por ligação. A CEMIG admitiu que dá para realizar as ligações com esse valor, mas, de uma hora para outra, o custo passou para nove mil e tantos reais. Ressalto que o Programa não tem um ano.

O Deputado Rogério Correia - Um aumento de mais de 50%.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Muito mais. Participei das reuniões e vi que a CEMIG exigiu do Governo Federal o valor de R\$11.000,00. Realmente, há algo estranho. Nós, como vigilantes do dinheiro público, temos de verificar. Os indícios apontam que há outros interesses além daquele de levar luz a todos.

Acredito ser pertinente o nosso requerimento. Faz-se necessário que alguém do Ministério de Minas e Energia participe da reunião para esclarecer a situação. A presença da Ministra é importante. Caso ela não possa comparecer, que venha o Sr. Aurélio, Coordenador Nacional do Programa Luz para Todos, e esclareça o processo de negociação, porque isso está empacando o Programa no Estado de Minas Gerais.

No ano passado, a CEMIG teria de realizar 40 mil ligações, mas realizou apenas 4 mil, comprovadas. Agora ela terá um ano e meio para realizar 160 mil ligações.

A questão financeira é muito séria. Estamos prestando grande serviço ao País ao lutarmos por custos justos para se levar a luz a todos, senão ela chegará apenas para alguns. Com esse custo, realmente fica difícil para o Governo Federal bancar esse Programa no Estado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Jésus Lima. Amanhã, provavelmente voltarei a esse assunto. Quero fazer uma análise do Governo Aécio Neves. Não posso deixar de apontar algumas questões. Uma delas - da qual não me canso de reclamar - refere-se ao problema da tabela salarial. O Deputado Márcio Kangussu há de concordar comigo que o piso salarial de R\$212,00 para uma professora não é digno de um Estado da importância de Minas Gerais. O Governo está nos devendo a tabela salarial da educação.

Ressalto que o Governo não está cumprindo a Emenda à Constituição nº 29, que se refere ao repasse de recursos para a saúde. Esperamos uma ação direta do Ministério Público contra o Governo, exigindo o cumprimento da emenda.

Hoje trago à discussão algo estranho. O Governador Aécio Neves está querendo mudar o indexador - no que concordo com ele. Há um projeto do Deputado Weliton Prado para que ele passe do IPCA para o IGP-DI, inclusive nas contas do Governo do Estado com a União.

O Governador Aécio Neves diz o seguinte: "Devido à adoção do IGP-DI, apesar de o Governo mineiro estar em dia com os pagamentos, a dívida aumenta a cada ano. Segundo o Governador, quando houve a renegociação em 1994, último ano do Governo Eduardo Azeredo, Minas devia R\$17.000.000.000,00. 'De lá para cá, Minas vem pagando regamente os seus compromissos e já pagou, até hoje, um total de R\$8.000.000.000,00. E deve, neste instante, R\$38.000.000.000,00 à União.'"

Li isso e fiquei muito interessado. Vejam bem o que eu disse no ano passado, quando ele anunciou o déficit zero. Aliás, o Governador inaugurou placa de déficit zero. Então, na época, eu disse: (- Lê:) "Para demonstrar que o déficit zero não existe, citarei alguns dados importantes. Quando se fala em déficit zero, fica a impressão de que o Estado está sem dívida, o que não é verdade. A dívida do Estado é grande e está aumentando. Quando o ex-Governador Eduardo Azeredo a renegociou com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, era de R\$17.000.000.000,00." Exatamente o dado de que falou agora o Governador. Eu disse isso em dezembro. "Quando o ex-Governador Itamar Franco deixou o Governo, a dívida já era de R\$34.000.000.000,00. Hoje está em torno de R\$40.000.000.000,00 - ele afirma que é de R\$38.000.000.000,00 - e, até o final do Governo Aécio Neves, chegará a R\$45.000.000.000,00." Então, eu já havia denunciado que o Governador inventou o déficit zero. Ele fez grande propaganda. Em março, foi aos jornais dizer e reconhecer que não existe déficit zero em Minas Gerais, como havia dito. O Governador reconhece que o Estado tem uma dívida com a União de R\$38.000.000.000,00. Pergunto-lhe: onde está o déficit zero do Estado de Minas Gerais, a não ser nas propagandas que desenvolveu com fartura no final do ano para disfarçar a derrota eleitoral em Minas Gerais? Agradeço ao Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia, antes de tratar do tema que nos traz a esta tribuna, pontuarei algumas questões abordadas pelo Deputado Rogério Correia. Aliás, entendemos que o fez de forma extremamente equivocada, o que nos surpreende, pois trata-se de um Deputado esclarecido, de um homem preparado. Não tenho dúvida disso. Todavia, tenho outra dúvida: não sei se ele não está sendo claro, se tem intenção de esclarecer ou

de confundir.

Diz que o Governador inventou o déficit zero, que o déficit zero dá a entender que o Estado não possui dívidas. No entanto, trata-se de uma questão elementar. Até o jovem, o adolescente, hoje, já compreende, dentro do que se convencionou na análise macroeconômica, mesmo na dos balanços mais elementares de uma microempresa, que superávit é a sobra entre o que se arrecada e o que se gasta, enquanto déficit é o resultado que se obtém quando se gasta mais que o que se arrecada. Surpreende-nos o fato de um Deputado, com a história que tem no parlamento mineiro, vir trazer aqui esse tipo de desinformação. Fica a minha dúvida: O Deputado está desinformado ou tem a intenção de desinformar?

Em momento algum, foi dito ao povo mineiro que Minas Gerais não tem dívida. Quando Palocci e o Presidente Lula dizem que o País está tendo um superávit, não estão afirmando ao povo brasileiro que o Brasil não deve mais nada. Todos sabemos que existe uma dívida enorme, que vem do Império. Até mesmo uma dona de casa sabe disso, ao tentar equilibrar o orçamento doméstico para dar conta de pagar água, luz, supermercado, etc. Ou seja, ela sabe que, se estiver devendo e continuar gastando mais do que o que ganha, a dívida aumentará. O que o Governador Aécio Neves anunciou, com justo entusiasmo, pois se tratava de uma reclamação do povo mineiro, foi que está fazendo um Governo sério, responsável, que não gasta mais do que o que arrecada e não endivida os cofres públicos. Aliás, é isso o que o povo brasileiro também quer. Ele anunciou que acabara de conseguir algo que, há muitos anos, Minas Gerais não tinha: o equilíbrio das finanças públicas, com gastos menores que o arrecadado, obtendo-se, assim, o déficit zero. Mas não foi só quanto a esse aspecto que o Deputado Rogério Correia se equivocou. Quando começou seu pronunciamento, falando da sua surpresa por a CEMIG ter cancelado uma licitação pública para o Programa Luz para Todos, fazendo referências aos Governos do Estado e Federal, começou a passar desinformações. Insistiu em dizer que 70% dos recursos são do Governo Federal, sem informar com clareza ao cidadão que 40% são dinheiro a fundo perdido, que o Governo Federal devolve para Minas Gerais após arrecadá-los por meio da conta de luz de todo cidadão. Esse fundo foi criado pelo Governo Fernando Henrique, visando universalizar o acesso à energia elétrica e melhorar o sistema de energia do País.

Retornam 40% do valor arrecadado. Quanto aos demais 30%, que o Deputado colocava como sendo mera benevolência do Governo Federal, trata-se de um financiamento da ELETROBRÁS. Financiamento não é dinheiro a fundo perdido, não é doação, não é participação do Governo. Uma empresa, como o BDMG, financia somas para o município, assim como o BNDES financia projetos de saneamento.

É preciso esclarecer os fatos com boa-vontade. O Governo de Minas e a CEMIG, juntos, participam com 60% do Programa, e o Governo Federal, com 40%. É extremamente louvável a CEMIG estar-se empenhando para fazer um processo licitatório de maneira correta e adequada. Acompanhei todo o processo, Deputado Rogério Correia, porque quero que o projeto, que saiu na frente graças à competência da CEMIG, dê certo em Minas Gerais. No ano passado, já foram feitas ligações em inúmeras propriedades rurais, o que, parece, incomodou algumas pessoas. Algumas pessoas da CEMIG disseram-me que, no interior, estão dizendo, em nome de lideranças do Governo Federal, que Minas não fará o Programa. Parece que passam uma senha: "Não vamos deixar Minas Gerais fazer o Programa. Usaremos Ministério Público ou o que for necessário para travar esse Programa". Mas digo que não conseguirão. O Governo de Minas Gerais, com seriedade, com espírito de humildade, aceitou a imposição do Governo Federal, doutores em "marketing", de que o nome deveria ser Luz para Todos. Disseram que fariam o convênio com Minas, que passariam o que era de direito do Estado, ou seja, os 40%, mas o nome deveria ser aquele adotado por Lula, o que o Governador Aécio Neves aceitou. O Programa, em Minas, terá o mesmo nome do do Governo Federal.

No entanto, ainda não estão satisfeitos. Perceberam que o Programa está dando certo e decidiram travá-lo. Vejo o discurso aqui colocado com uma senha, que já decifrei. Por isso tenho o dever, como representante do povo mineiro, de não aceitar esse tipo de oposição. O povo mineiro não pode curvar-se diante desse tipo de jogo. O Programa Luz para Todos deve ser feito em todo o Brasil, porque é financiado pelo povo brasileiro, que paga por ele na conta de luz e na arrecadação dos impostos. Se houver a união de esforços do Governo do Estado e do Governo Federal, será ótimo, uma maravilha.

A licitação suscitou dúvidas ao Ministério Público. Em um dado momento, publicado o edital, houve entendimento da área técnica de que um item deveria ser modificado, pois material de consumo estava incluído numa lista da planilha pela qual poderia equivocadamente ser entendido como mão-de-obra. Visando evitar qualquer dúvida ou mal-entendido, fez-se um aditivo ao edital, o qual foi comunicado a todos que já o haviam adquirido. O Ministério Público entendeu que, a partir daquele momento, a contagem do prazo teria de começar do zero e resolveu questionar algumas outras questões, o que foi feito por escrito junto à CEMIG.

Eu me informei sobre isso. A CEMIG reuniu-se, sim, com a Advocacia-Geral do Estado e, analisando de uma forma responsável, verificando que um projeto dessa importância não poderia se tornar refém de interesses políticos menores, se dispôs a fazer novamente todo o processo. Cancela-se e recomeça-se do zero.

Quero ver se teremos aqueles opositoristas de plantão - que fazem oposição ao País - tentando evitar que essa licitação ocorra e querendo impedir que Minas Gerais tenha um programa que alcance a todo produtor rural, trabalhador rural, cidadão que não tenha energia elétrica. É esse o sentimento que nos deve mover.

Fiscalizar, sim, é legítimo e é dever da Oposição. É dever do Ministério Público. Exigir o máximo de transparência, sim, mas vamos fazê-lo imbuídos do melhor e do mais elevado espírito público, para que possamos ter a conclusão de todo esse trabalho chegando ao consumidor.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Deputado, a primeira informação é de que esse Programa foi criado pelo Governo Federal do Presidente Lula. Esse dinheiro vem da Conta do Desenvolvimento Energético - CDE -, com 40% a fundo perdido, e da Reserva Geral de Reversão - RGR -, recursos oriundos de financiamento, com empréstimos a juros de 5% ao ano, de pai para filho, com dois anos de carência e dez anos para pagar. Antes do Governo Lula, esse dinheiro era dirigido às grandes empresas do setor elétrico. Esses recursos já existiam, mas não vinham para a população mais pobre, que efetivamente precisa e vive até hoje sem luz, à base da candeia.

Foi preciso um Presidente como o Lula para criar um Programa como esse. A CEMIG é obrigada a levar a luz elétrica para Minas Gerais até o ano de 2014, com recursos próprios. O Presidente criou esse Programa para antecipar a meta para 2006. Não se pode falar que 34% dos recursos não são federais, porque são, sim, recursos da ELETROBRÁS. É um financiamento que o Governo dá para facilitar a vida das distribuidoras, para que essa energia chegue à casa das pessoas. Não é obrigação. Essa é a informação correta.

Outra questão importante é a do preço. V. Exa. disse que a CEMIG cancelou a licitação. Por quê? Estava na cara o absurdo que estava acontecendo. As pessoas e alguns jornais comentavam que era para financiar a campanha do Governador. Como se pode passar um custo assinado pela CEMIG de R\$3.600,00 para mais de R\$9.000,00? O contrato foi assinado no dia 9/6/2003 com o Presidente Lula e com todas as distribuidoras de energia. Estamos em março de 2005; então, como se aumenta em mais de 200% o custo de uma ligação? Esse é o nosso questionamento. Há alguma coisa esquisita nessa situação. Nós, da Assembléia, temos de investigar, porque temos de cuidar de cada centavo que a população paga a este Estado. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado, Deputado Jésus. Quero dizer a V. Exa. que o prezo e respeito. Quando V. Exa. diz que "as pessoas estão falando" que é para financiar campanha, a responsabilidade deve ser inerente ao mandato de todos nós. E tenho certeza de que é responsabilidade que V. Exa. trouxe também para esta Casa. Trata-se de uma licitação que nem se concluiu ainda, de um processo que nem foi contratado, e V. Exa. faz esse tipo de colocação: "as pessoas estão falando que é para isso e para aquilo". Acrescento que a primeira

licitação contou com a participação de várias empresas que deram preços maiores do que o preço limite estabelecido no edital. Por isso foi cancelada. Porque, mesmo o preço sendo alto, como V. Exa. diz, as empresas que se habilitaram e se qualificaram deram um preço maior. V. Exa. precisa contar por completo a história e não deixar esse tipo de insinuação que, no meu entendimento, não é apropriado para um debate de alto nível.

O Deputado Zé Maia (em aparte) - Sr. Deputado, quero realçar a importância do pronunciamento de V. Exa., porque esse Programa é da maior importância para o agronegócio mineiro. É preciso destacar duas coisas. Primeiro, a CEMIG será uma grande parceira desse projeto. No Brasil, é difícil encontrar uma empresa com o alto nível, a experiência e a competência comprovada da CEMIG, com serviços relevantes prestados ao povo mineiro. É preciso que a Oposição tenha cuidado, pois, caso contrário, quem ficará prejudicado são os pequenos produtores rurais, que vivem na zona rural e estão no escuro. Deputado Domingos Sávio, faça coro às suas palavras em relação ao aparte do Deputado Jésus Lima.

O debate e a oposição são importantes, mas descer a esse nível é inaceitável. Dizer que o Governador Aécio Neves utilizaria dinheiro público para sua reeleição é um absurdo. A biografia política, o passado, o presente e o respeito com que o Governador Aécio Neves tem tratado o povo mineiro, inclusive as Oposições nesta Casa e no Estado de Minas Gerais, mostram que isso não é verdade. Aécio Neves não possui sequer uma mácula, uma mancha e chegou ao Governo sem um centavo de dinheiro público. Fazer tal afirmação é no mínimo baixar a discussão a zero. Dizer que as pessoas estão dizendo isso é inaceitável.

O que as pessoas estão dizendo é que o Ministro José Dirceu foi a São Carlos, para participar de uma reunião partidária do PT, em avião da FAB. Dizer que o Banco do Brasil utilizou dinheiro público para festas do PT, aí, sim. Entretanto, V. Exa. está comparando o PT ao Governador Aécio Neves, homem sem mácula. Temos de elevar o debate nesta Casa. O PT tem utilizado muito a máquina pública para interesses partidários, em detrimento dos recursos públicos. Deputado Domingos Sávio, parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Domingos Sávio - Concluo meu pronunciamento, deixando no ar o que me trouxe a esta tribuna. Com os apertes justos e apropriados dos colegas, infelizmente, nosso prazo terminou. Espero poder voltar - quem sabe ainda hoje? -, para que verifiquemos o que está ocorrendo no Brasil com as lideranças de todos os partidos, em especial a do PT. Como não se discute o fato de o Governo Federal querer garfar o direito ao seguro-saúde do trabalhador? Querer impor que, apenas após um ano, o trabalhador tenha o direito de adoecer, para receber seguro-saúde? Querer dizer que receberá pela média dos três anos, e não pelos salários que efetivamente recebe? Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, imprensa, os mineiros devem ter acompanhado com atenção os últimos acontecimentos do episódio Ibirité e PETROBRÁS, bastante acentuado nos últimos meses.

Desta tribuna, temos a oportunidade e a felicidade de informar e externar a todos os mineiros, especificamente ao povo ibiriteense o desfecho feliz e, por que não dizer?, histórico para Ibirité e para Minas Gerais.

Na última segunda-feira, às 13 horas, no Palácio da Liberdade, palco privilegiado de tantos acontecimentos, decisões, momentos históricos de Minas e do País, tivemos a oportunidade de testemunhar o ingresso de Minas Gerais, mais especificamente de nossa terra natal, Ibirité, em uma nova era, a era petroquímica. Minas Gerais se coloca numa situação de vanguarda no cenário nacional, num primeiro momento pelas ações efetivas, determinadas e corretas do Governador Aécio Neves, grande estadista. Por conseguinte, diante desse trabalho harmonioso, realizado com muita dedicação, suor, tenacidade, perseverança e, acima de tudo, fé do povo ibiriteense - liderado brilhantemente pelo meu irmão, Prefeito Toninho Pinheiro, que, alto e bom som, sempre suplicou, clamou e reivindicou por justiça -, esse esforço se tornou ainda mais forte e pujante com o abraço solidário do Governo de Minas, mais precisamente do Secretário Brumer, que teve um papel preponderante e decisivo, conseguindo, ao lado do Governador Aécio Neves, arauto dessa transformação, construir esse momento harmônico e pacífico e proporcionar uma nova era para Ibirité e para Minas. O Governador, o Presidente da PETROBRÁS, José Eduardo, Diretores como o Silvestre, Superintendente da REGAP, o Alan Kardec, do Rio de Janeiro, o Paulo Roberto, entre outros, tiveram um papel brilhante, contribuindo para que nesta última segunda-feira, fossem anunciados, alegremente, investimentos da ordem de US\$360.000.000,00 numa indústria de ácido acrílico em Ibirité, município sofrido e carente, que havia muito necessitava de uma resposta forte, à altura dos anseios e das reivindicações do seu povo. Para que V. Exas. tenham idéia, esse investimento gerará aproximadamente 2 mil empregos durante sua construção, sendo, a partir de 2009, quando da concretização dessa unidade, gerados 500 empregos diretos e 5 mil indiretos, além de grande receita de ICMS para Ibirité e Minas Gerais.

Foi uma caminhada desgastante, difícil e penosa, com muitas adversidades. Em certos momentos, não compreenderam o apelo e as lamentações do Prefeito, que chegou até a ser mal atendido por alguns Diretores da PETROBRÁS, os quais não entendiam o seu clamor cristão a favor de uma terra sofrida e das mais carentes do Estado. Apesar de tudo, foi bom, foi uma caminhada bonita e gratificante.

Venho, desta tribuna, reconhecer o trabalho, a sensibilidade, a grandeza de espírito e o desprendimento da maior parte dos técnicos da PETROBRÁS, que seguiram orientações do Presidente Lula de ajudar os mais pobres. Confesso que houve sensibilidade, ponderação e espírito conciliador do Governador Aécio Neves, que se colocou na condição de nosso porta-voz, ao lado do Secretário Brumer, permitindo que esse processo culminasse com o resgate histórico do Município de Ibirité.

Hoje Ibirité se põe numa posição de destaque. Como Deputado majoritário dessa querida cidade, reconheço a iniciativa da PETROBRÁS, a sensibilidade do Governador Aécio Neves e o trabalho realizado com mestria pelo Secretário Brumer. Toda essa união e todo esse trabalho nasceu da concretização desse sonho maior do povo ibiriteense.

Sr. Presidente, Minas Gerais se põe no seleto grupo do pólo petroquímico do País, ao lado do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo e, Deputado Luiz Humberto Carneiro, da Bahia, onde se encontra o pólo petroquímico de Camaçari, o maior do País.

Nasci e cresci nessa terra sofrida. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, é muito bom ter tido a oportunidade histórica, abençoada por Deus, de participar ativamente da construção desse novo tempo da minha amada terra natal, ao lado desse querido irmão, Prefeito honesto, destemido e dotado de espírito patriótico inigualável.

V. Exas. se lembram que inúmeras vezes questionei o procedimento de alguns Diretores da PETROBRÁS, que insistiam em patrocinar e ajudar os ricos e os que não precisavam do nosso apoio. De maneira antagônica, Ibirité sempre contribuiu com muito sacrifício, mesmo com condições precárias, para o engrandecimento, o progresso e a prosperidade de Minas e do País, e, acima de tudo, da PETROBRÁS, orgulho de todos os brasileiros.

Governador Aécio Neves, parabéns pela atuação valorosa. Secretário Wilson Brumer, parabéns pela paciência, compreensão e firmeza nas ações. Parabéns, Srs. Silvestre, Alan Kardec e Presidente da PETROBRÁS, que, neste momento, promove uma resgate histórico, valorizando o ser humano e prestigiando os mais carentes, os mais pobres. Ao lado de Ribeirão das Neves, Ibirité é uma das cidades mais carentes do Estado. Por isso exerço aqui a vida pública com perseverança e determinação, buscando sempre ajudar os que realmente precisam. Constantemente insisto com o Presidente desta Casa em que ponha à apreciação o projeto de lei do ICMS Solidário para ajudar

verdadeiramente e efetivamente os municípios mais pobres e carentes.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Dinis Pinheiro, parabeno V. Exa. pelo pronunciamento e também o Prefeito de Ibitité, seu irmão, por conseguir levar a essa cidade tão importante empreendimento, que envolve os Governos Federal e Estadual e esse município. No passado, isso era impossível, porque as relações do antigo Governo Federal com Minas Gerais não eram boas e investimentos desse porte não chegavam ao nosso Estado.

De manhã, ressaltai a importância das empresas públicas e a permanência dessas estatais enquanto empresas públicas. Quer dizer, aquelas que, no processo passado do neoliberalismo privatizado, não foram... Demonstrem a sua utilidade para o País, ao contrário do povo argentino que amarga a venda da estatal local de petróleo. O combustível hoje entrou em disparada, e os argentinos promovem piquetes para não permitir que a multinacional Shell aumente o preço dos combustíveis como vem ocorrendo.

Por incrível que pareça, os argentinos estão enchendo os tanques de gasolina com combustível da PETROBRÁS, que subiu bem menos que o combustível das multinacionais que compraram a empresa estatal local. Isso, evidentemente, nos mostra a importância da manutenção dessas estatais enquanto empresas nacionais, controladas por brasileiros. Por mais erros e críticas que possamos ter com relação a elas, têm que desenvolver a questão social e o Estado do ponto de vista estratégico.

Ibitité ganhou com isso e, certamente, se essa empresa tivesse sido privatizada no passado, não estaríamos comemorando um investimento dessa ordem. Parabéns também ao Deputado Dinis Pinheiro, que foi um batalhador por esse empreendimento, sendo Deputado majoritário na cidade de Ibitité. Peço que se congratule com o Prefeito Toninho Pinheiro pelo atendimento desse antigo pleito da cidade de Ibitité.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Dinis Pinheiro, gostaria de dizer a V. Exa. que toda grande luta sempre tem um mérito. Conheço a luta do Prefeito Toninho Pinheiro desde seu primeiro mandato, quando tivemos a oportunidade de ajudar aquela cidade, antes do início da sua carreira política, num dos momentos mais difíceis da vida pública de seu irmão, um homem determinado que acompanhou o pensamento de seu pai, que também foi Prefeito dessa cidade, que buscava um lugar ao sol para Ibitité. Acho que chegou o momento. Não por benefício de ninguém, mas pelo mérito do esforço, do trabalho, da crença, do patriotismo de seu irmão e da determinação e seriedade com a coisa pública. Comprou uma briga sozinho com a PETROBRÁS, com o Governo do Estado, pelo descaso com o município, enfrentou momentos dolorosos, difíceis, mas traz agora a redenção para o Município de Ibitité, mostrando que agora não é apenas vizinho de um município rico, mas que tem muito a oferecer.

Parabéns a V. Exa. pelo irmão e pela determinação na condução da solução dos problemas de Ibitité. É um grande investimento, vitória dos Pinheiros. Pode ter certeza. Isso se traduz em uma homenagem a seu pai, que foi o primeiro Prefeito daquela cidade, um grande lutador, um grande sonhador e agora, de onde estiver, vê a realização do seu sonho por intermédio do filho Toninho Pinheiro. Transmita a seu irmão os meus parabéns. O povo de Minas Gerais também vai parabenizá-lo, porque conseguiu resgatar uma das cidades mais pobres de Minas Gerais com muita luta, suor e determinação, contra tudo e contra todos. Parabéns, Deputado Dinis Pinheiro.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Obrigado, Deputado Irani Barbosa, que teve a oportunidade de acompanhar de perto essa luta e ser sempre solidário à causa do povo ibiriteense sob a liderança de meu irmão Toninho Pinheiro, desde a década de 80. Realmente ele é um lutador, um sonhador, um homem que aqui veio para servir, ajudar e construir. Destemido, nunca se furtou a nenhum tipo de poderio econômico. Funcionário exemplar do Município de Ibitité, muitas vezes incompreendido pela forma patriótica, solidária e otimista como defende as manifestações do povo ibiriteense. Quero aqui render minhas homenagens a esse guerreiro, a esse homem patriótico que serve de parâmetro e exemplo para todos nós.

Ressalto aqui, também, neste instante, que a sensibilidade dos Diretores da PETROBRÁS foi fundamental na construção desse projeto, sobremaneira o papel decisivo do Secretário Wilson Brumer e do nosso Governador, Aécio Neves, que desempenharam um papel inestimável de articulação, de enfrentamento de problemas, de busca de soluções. Como fruto desse trabalho, Ibitité, hoje, pode comemorar, aplaudir, externar e exclamar para todos os mineiros que caminhará com as próprias pernas, concedendo ao seu povo uma vida mais justa, mais humana e mais feliz. Irá, sim, sob as bênçãos de Deus, preparar esse município e aquele povo para as gerações vindouras.

Parabéns a todos os que participaram ativamente da construção deste novo tempo: a era petroquímica de Ibitité e de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Jô Moraes - Caro Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, caros Deputados, queridas Deputadas, inicio cumprimentando o pronunciamento do Deputado Dinis Pinheiro e o faço com absoluta sinceridade. Estendo esse cumprimento não só ao conteúdo da sua fala, mas a todos os homens e mulheres que moram em Ibitité.

Deputado Dinis Pinheiro, o depoimento de V. Exa. é a expressão mais viva daquilo de que o Brasil precisa, ou seja, o desenvolvimento, o crescimento, a geração de emprego; só se faz isso, no entanto, ampliando os investimentos públicos e privados.

Digo isso porque, hoje, na sociedade brasileira - e a expressão desse debate se fez no pronunciamento do Deputado Rogério Correia hoje pela manhã -, há um grande debate entre os desenvolvimentistas, que querem o desenvolvimento continuado, e os que querem o crescimento contido. Evidentemente são dois caminhos para a sociedade brasileira. Não queremos dizer aqui que aquelas forças que hoje formam a oposição ao Governo Lula não querem o crescimento. Querem. Mas querem um crescimento contido. Falta ao projeto deles definir a quem serve esse crescimento contido. Falta na apresentação do projeto deles demonstrar a possibilidade de que por esse caminho iremos a algum lugar.

Tivemos, ontem, um anúncio histórico. O Deputado Domingos Sávio, quando era estudante, foi um dos embaixadores do "Fora FMI", tenho certeza. Às vezes, as pessoas não imaginam o que significa o acordo com o Fundo Monetário Internacional, controlando a veia jugular das nações latino-americanas. Às vezes, as pessoas não imaginam que os responsáveis pelo instrumento que se implantou neste continente de deter o crescimento são os organismos internacionais, entre eles o Fundo Monetário Internacional. Quando o FMI veio, neste último momento, para cá? Em 1998, já sob o Governo de orientação neoliberal, por uma crise internacional provocada nos "tigres asiáticos". O que o FMI impunha aqui? Qualquer processo econômico do País tinha que se submeter a uma lógica que o levava à dependência.

Vejam bem. O FMI impôs, no último acordo, fazer a reforma da Previdência. Todos, inclusive o meu partido, o PCdoB, criticaram a reforma. Mas tratava-se de uma imposição. Se o Presidente não a cumprisse, por força de respeito aos contratos, aprofundaria a instabilidade. Exigiu mais do que isso: a garantia de um superávit que, em vez de ir para o povo de Ibitité, tinha que ser contido e reservado para dar uma estabilidade ao mercado que queria vir aqui investir, mas sair no outro dia.

O principal problema trazido pelo FMI é que o nosso País perdeu a sua soberania. Isso se deve ao fato de haver uma lógica estabelecida não

aqui, e sim nos mercados internacionais.

Saímos da crise que se instalou com a ameaça de vitória do Governo Lula e estamos à frente de uma luta histórica de 20 ou 30 anos, reconquistando a soberania das nações do continente latino-americano. A revolta na Bolívia ainda não alterou o poder, mas a vitória de Vasquez teve um projeto diferente. Vimos ainda a luta de Chavez, na Venezuela, e estamos vendo Kirchner dizendo aos credores internacionais que eles roubaram tudo e destruíram a nação e que não podem e não vão pagar por isso.

E hoje estamos aqui tendo uma discussão sobre projeto. Essa política macroeconômica que ainda sobrevive no Governo Lula, que o meu partido apóia e que criou perspectivas para o País, deve ser mudada. O País está crescendo a uma taxa de 5%, e o que faz o COPOM e o Banco Central, do Sr. Meireles, força da Oposição, sobre os juros? Da mesma forma, o Ministro Palocci.

Meu Deus!, existe outra forma de se conter a inflação, basta produzir mais, que o aumento das vendas será uma consequência. Ao vender mais, a possibilidade de pressão inflacionária diminui, pois se criam mais empregos e as opções aumentam. Dessa forma, será possível baixar os juros e controlar a moeda, o câmbio. Caso contrário, as exportações nascidas com a instabilidade do dólar, com certeza, cairão. Se não compreendermos que é preciso pensar nos interesses do País e diminuir as possibilidades de dependência externa, não sairemos daqui.

Por isso, Deputado Domingos Sávio, concedo um aparte a V. Exa., mas antes digo que o PCdoB comemorou neste 25 de março o seu aniversário de 83 anos. Ele que sempre se tem empenhado por um desenvolvimento sustentável do País; empenho esse, tenho certeza, da maioria dos brasileiros e da maioria das forças políticas conscientes e claras. Por isso, o meu partido comemora o fato de ontem o Ministro da Fazenda ter dito que o Governo brasileiro não renovará o acordo. E isso está claro. É evidente que o problema não está resolvido, mas, por meio de pressão do povo, das forças políticas e daqueles que sabem amar o Brasil, haveremos de solucioná-lo.

Cumprimento o Deputado Dinis Pinheiro, pois em vários momentos travamos uma polarização, mas que reconheceu aqui o papel de uma estatal que está sob controle da Nação. Por isso é que ele pode escolher o investimento e não aumentar os preços como no ano passado, no mercado internacional, porque era a soberania e a necessidade do País que estavam em jogo.

Estou feliz, porque conseguimos tirar daqui o FMI e todas as imposições feitas pelo mercado internacional ao País.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Nobre Deputada Jô Moraes, é sempre bom ouvi-la, não apenas com o seu entusiasmo, mas também com a sua sabedoria e, em especial, com a sua história, não que seja de tão longa data.

Compartilhei dessa história, como V. Exa. bem lembrou. Estivemos nas lutas estudantis, ainda na década de 70, quando já se contestava qualquer atentado à soberania nacional e, em especial, naquela ocasião, o regime de ditadura militar a nós impingido.

Gostaria de ponderar com V. Exa. que temos ainda uma luta muito grande pela frente. Quero justamente apartear V. Exa. porque sei que é uma das Deputadas mais combativas e éticas desta Casa e de todo o parlamento brasileiro. Tenho a oportunidade de rememorar que, quando Prefeito pelo PSDB - tendo o apoio do PCdoB, com a presença do Deputado Sérgio Miranda, uma grande figura do parlamento nacional -, não tinha dúvidas em manifestar-me contra a política de arrocho fiscal e juros altos que já se praticava. A inflação estava contida, mas praticavam juros altos sob a alegação de que era uma exigência do FMI. Já naquela época, com o Governo do PSDB, essa era uma das razões para eu dizer que o Brasil necessitava encontrar outro caminho, apesar de precisarmos - como precisamos ainda - da estabilidade financeira e da responsabilidade fiscal. Precisávamos e precisamos produzir, crescer e ter compromissos sociais.

Nesse ponto, manifesto minha surpresa e aproveito esse aparte para dizer que, infelizmente, não posso concordar com V. Exa. quanto a termos alguma razão para cantar vitórias. Além de muita encenação, estamos vendo agora uma situação extremamente contraditória. O Governo diz que não precisa do FMI, e, de fato, o País colhe frutos de um processo que não começou agora nem com o atual Governo, mas que vem de longa data na tentativa de buscar a estabilidade monetária e o equilíbrio fiscal. É um processo que tem relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal e várias outras ações. Com certeza, este Governo tem seu mérito, mas peca, porque chega a ser mais ortodoxo e duro e menos comprometido com as questões sociais quando pratica um superávit maior que o comprometido com o FMI; quando anuncia para o mundo inteiro que continuará estabelecendo metas mais arrojadas ainda e que continuará com a taxa de juros de 19,5%, com tendência de alta, o que inviabiliza o crescimento da economia brasileira.

V. Exa. falava de arrochos como a reforma da previdência que foram exigências do FMI, mas agora, sem nenhuma exigência do FMI, o Governo, em vez de admitir que há fraude nesse instituto e buscar corrigir seus erros, diz para o doente, para o trabalhador, que ele só poderá requerer seguro de saúde depois de um ano de carteira assinada, como se alguém pudesse escolher a data para adoecer; que ele só poderá receber a média dos últimos três anos, como se o remédio fosse custar também essa média.

Essa é uma atitude de total descomprometimento com as questões sociais. De um lado, temos os juros altos e, do outro, arrocho fiscal, com essa famigerada Proposta de Emenda à Constituição nº 232. Agora o Governo recua, porque percebe que vai perder e não dá nem a correção da tabela do Imposto de Renda, como se corrigir uma tabela defasada fosse alguma benevolência.

Talvez V. Exa. não tenha percebido que disse: "Está lá o Meireles, que é força da Oposição.". Ora, será que entendi mal, ou será que V. Exa. disse que o Presidente do Banco Central é oposição atual ao Governo Lula? Será que o Presidente Lula ou o Ministro Palocci não são aqueles que dão a força política necessária para que o Meireles continue e pratique essa política econômica? Não tenho dúvidas de que o Presidente Lula governa o Brasil, e é preciso que quem está no poder assuma, perante o povo brasileiro, o ônus do poder: "Somos nós do poder federal que estamos tirando o direito do trabalhador ao seguro-saúde logo que tiver sua carteira assinada; somos nós do poder que estamos impedindo a correção da tabela do Imposto de Renda e querendo enfiar goela abaixo um pacote de maldades, que, como não colou, far-nos-á recuar; somos nós que estamos mantendo uma política de juros altos, mesmo sem precisar do FMI.".

Essas indagações ficam como estímulo para continuarmos lutando, independentemente de partido. Respeito profundamente V. Exa. e o PCdoB, como respeito o PT, mas é preciso fazermos a seguinte pergunta: "Onde estão os petistas e os líderes sindicais que combatiam todas as vezes que o Governo tomava uma atitude que lesava o interesse do trabalhador?"

Nenhum petista ou líder sindical veio a público dizer que é um absurdo tirar o direito previdenciário de um cidadão quando este adoecer. Será que o PT mudou o ponto de não ter mais compromisso com o trabalhador? Ele só tem compromisso com o Lula?

Parabenizo V. Exa. pela sua história e pela defesa dos princípios democráticos, mas acredito que ainda temos de lutar muito para que o País seja de fato mais justo. Muito obrigado, Deputada.

A Deputada Jô Moraes - Agradeço, pois é sempre bom escutar idéias de Deputados tão competentes como V. Exa., mas tenho uma resposta imediata. O PCdoB não considera que um país se muda por meio de uma eleição e de um Presidente que se transforma em um Messias, que altera as regras em desenvolvimento e que quebra tudo até chegar a uma nova realidade. O PCdoB tem a certeza de que a grande vantagem

do Governo Lula é ser um governo contraditório, porque não queria o silêncio e a unidade absoluta, como acontecia no Governo Fernando Henrique, quando o Governo inteiro dispunha de um pensamento único que não permitia o contraditório. Estamos em uma situação contraditória. V. Exa. sabe que, no núcleo macroeconômico, estão as forças vinculadas ao projeto anterior. Não temos dúvidas disso. O Meireles mesmo é um quadro do PSDB.

Deputado Sargento Rodrigues, neste momento continuarei a polemizar, porque considero que muitas questões levantadas pelo Deputado Domingos Sávio não condizem com a realidade, porque nós, trabalhadores e povo, estamos na luta para o enfraquecimento desse núcleo herdado do tucanato. Ergam-se e fortaleçam-se no Governo Lula e na sociedade brasileira as forças da mudança que estão prenhas de necessidade. Vamos à luta Deputado, para baixar os juros, tirar o Meireles e acabar com essa imposição dos capitais internacionais.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Srs. Deputados, visitantes e povo de Minas Gerais, tenho de tratar de um assunto extremamente importante para o Estado, mas, depois de ouvir o pronunciamento do companheiro e amigo Deputado Rogério Correia, futuro Deputado Federal pelo PT, voltarei a abordar a questão das eletrificações, no que diz respeito ao programa Luz para Todos, o programa Clarear, no Estado, principalmente nas regiões do Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha.

Entendemos que a suspensão temporária do processo licitatório causará um prejuízo muito grande, principalmente para as cidades que ainda não contam com a eletrificação rural. Os municípios com quase 60% de área rural estão sem eletricidade. Usamos muito o termo "azarar". O que vimos aqui, não por parte do companheiro, Deputado Rogério Correia, foi, na verdade, uma situação complicada. Digo até que estão azarando esse programa, que não é nem do Governador Aécio Neves, nem do Presidente Lula, nem deste nem daquele Deputado. Trata-se de um programa de necessidade básica, principalmente para os mais de 100 mil moradores da zona rural do nosso Estado.

Januária, por exemplo, tem 2.850 propriedades rurais sem eletrificação. Os fatos devem ser esclarecidos com transparência, e não da forma atabalhoada como as coisas são colocadas nesta Casa. Precisamos dar explicações ao pequeno produtor rural, que sofre porque não tem energia elétrica em casa, um benefício inestimável, importante para sua propriedade.

A licitação deve ser passada a limpo; entretanto, ressalto que as empresas responsáveis pela licitação do Governo do Estado são as mesmas do Governo Federal. O programa tem 40% de participação do Governo Federal. Os 60% restantes foram assumidos pelo Governo Estadual, que pagará 40% de empréstimo e entrará com 20% de recursos do Tesouro de Minas.

O programa sofre uma grande pressão política. Há pessoas que vão, principalmente, aos locais mais distantes do Estado para fazer pregação política sobre ele, o que não podemos aceitar, pois causa grande indignação em nossa região. Recebi mais de 200 cartas, "e-mails" e fax, em que os pequenos proprietários perguntavam o que está ocorrendo e se não teriam suas propriedades iluminadas. Quem pode pagar já tem luz elétrica em casa; logo, é necessário um esforço coletivo para que a CEMIG se sinta em condições de executar a obra. A CEMIG é uma empresa, séria, responsável e idônea. Há verba do Governo Federal, mas a maior parte é do Estado. O dinheiro é do povo brasileiro e do povo mineiro.

O Deputado Jésus Lima disse que estão fazendo caixa para a campanha do Aécio. Com toda a sinceridade, essa declaração foi infeliz e não é fruto de uma análise criteriosa. Não estamos preocupados com a reeleição do Lula, do Governador nem deste Deputado. O programa merece respeito, carinho e comprometimento de todos nós. O maior caixa feito pelo Governo Aécio é o da credibilidade e o do trabalho sério. Ontem, com a presença do Deputado Jésus Lima, em Varzelândia, houve uma audiência pública do programa Pró-Acesso. A população opinou e fez perguntas. Isso é trabalho sério. Não estou aqui para defender o Governador, pois essa defesa está no seu passado, no seu trabalho. Estou muito preocupado com o programa de eletrificação rural. Concedo aparte ao Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Congratulo-me com V. Exa., que tão bem representa Minas Gerais, pela postura corajosa e ética nesta Casa. Nosso problema, semelhantemente ao que ocorre na maioria do País, é buscar soluções para promover a justiça social, entre elas dar energia elétrica para que o ser humano tenha qualidade de vida, dignidade.

Se o projeto contar com esforços dos Governos Federal e Estadual, melhor ainda, pois terá maior alcance e mais chance de ter solução, atendendo a mais pessoas em menor tempo.

V. Exa. deu a pedra de toque. A CEMIG é uma empresa pública com credibilidade, história e funcionários sérios, e possui um dos melhores corpos técnicos do País. É ganhadora de prêmios dos Governos Estadual e Federal e na América Latina e conduzirá esse processo com seriedade e responsabilidade. Deveremos nos unir e apoiar esse programa para que ocorra com transparência e para que a luz ilumine, ao invés de ser um mar de trevas, de discórdias e de desconfianças. É preciso, como V. Exa. disse, mais união e mais espírito público para nortear essas ações. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento e concordo que esse programa precisa andar rápido. Tenho ido ao Norte de Minas, onde as reivindicações são cada vez mais crescentes. Em outros Estados, o programa já está mais avançado. Sugiro que essa audiência pública seja realizada o mais rápido possível para que se descubram quais os problemas no processo licitatório e o que o Ministério Público deseja saber, a fim de agilizar esse programa.

O Deputado Carlos Pimenta* - Concordo com V. Exa., mas há duas formas de se propor uma audiência pública. Uma forma é como desejamos, passando a limpo, cooperando para acelerar o programa e mostrando que é necessário nos despirmos de quaisquer vaidade e pretensão pessoal. Esse pensamento é meu, do Governador e da CEMIG. Outros querem tratar um problema de tamanha importância e responsabilidade de forma política. Essa é a diferença. Não posso concordar com quem prefere azarar o programa, sorrir e contentar-se com o fato de as coisas importantes não estarem ocorrendo. Comprometi-me a ajudar e a mobilizar a população e a dar força aos Prefeitos e ao povo do Norte de Minas. É muito fácil vir aqui falar, mas quem está na ponta do sistema, quem está sofrendo, quem recebe 200 cartas em menos de três dias pedindo satisfação é que pode dar sua contribuição. Por esse prisma, tenho a certeza de que eu, Deputado do PDT, juntamente com o Deputado Zé Maia e com outros companheiros, poderemos resolver a questão; mas vir aqui para sofismar e azarar o programa, querendo dar uma conotação política ao programa e vangloriar-se com a derrota do programa, é, no mínimo, ter senso de irresponsabilidade, com o qual não podemos concordar.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Esclareço que minha sugestão é para desenvolver o programa. Não sei se V. Exa. está me enviando uma indireta.

O Deputado Carlos Pimenta* - Não falo por indiretas, falo diretamente.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - De qualquer forma, a armadura não me coube. O que desejo é que o programa vá em frente. Mas para isso é necessário esclarecer por que não está caminhando e qual o problema levantado pelo Ministério Público com relação à licitação. Tomei conhecimento hoje, por meio da imprensa, que o Ministério Público está questionando o processo de licitação. Não fui eu quem levantei problemas com relação à licitação, mas é preciso saber o que de fato está ocorrendo. Concordo que a CEMIG deve ser a gestora da obra porque é a empresa responsável.

O Deputado Carlos Pimenta* - Não poderia ser outra.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Não poderia. E a CEMIG só é empresa pública por obra e graça de um movimento nosso juntamente com o Governador Itamar Franco, pois já estava entregue ao capital internacional no Governo do PSDB.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, quero fazer uma sugestão. V. Exa. está com a razão, pois é um Deputado da região. Ontem, estivemos em Varzelândia, preocupados com o programa Acesso, que precisa do aval do Governo Federal. Comprometi-me a ajudar a que o programa se desenvolva no Estado.

Sugiro ao Deputado Carlos Pimenta, defensor do Governo do Estado e desejoso de que o programa ande, que a luz chegue a todas as casas - essa também é minha vontade -, que a CEMIG, em vez de realizar uma nova licitação, de porteira fechada, realize três tipos de licitação: uma para a mão-de-obra, outra para o material - poste, transformador, cabo, etc. - e uma terceira para o gerenciamento do programa. O maior problema enfrentado pela CEMIG é a burocracia. Essa é uma sugestão concreta.

O Deputado Carlos Pimenta* - As sugestões de V. Exa. poderão ser encaminhadas à CEMIG, que terá interesse em recebê-las. V. Exa. é um Deputado que conhece profundamente o programa e é o responsável por sua divulgação no âmbito federal.

É importante ressaltar que muitos problemas ocorreram por incapacidade das firmas de entregarem o material. O programa Luz para Todos é o maior programa de eletrificação do País, o maior programa social em curso no País. As empresas não estavam preparadas para atender ao programa; logo surgiram os problemas, os aproveitamentos políticos e as declarações irresponsáveis e infelizes a respeito de um Governador que quer efetivamente mudar a cara social do Estado. Obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, serei breve. Cumprimento ao Governador Aécio Neves, que, nesta manhã, anunciou o nome do Prof. Antônio Augusto Anastasia para o cargo de Secretário de Estado de Defesa Social.

Na legislatura passada, brigamos para que a Secretaria de Defesa Social fosse tirada do papel. Tivemos a oportunidade de ir a Brasília e entregar um documento ao Governador, quando ele ainda era Presidente da Câmara dos Deputados, então pré-candidato ao Governo do Estado, contendo essa sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição nº 84, da qual fui o primeiro signatário. Eu e os demais Deputados discutimos exaustivamente essa proposta.

O Governador, logo que tomou posse, por meio de uma lei delegada, conseguiu fazer com que a referida secretaria saísse do papel. Por que a Secretaria de Defesa Social deveria ser criada? Por vários motivos, principalmente de ordem de gestão pública. De um lado, as Polícias Civil e Militar não se comunicavam. Não havia trânsito das informações. Eram duas polícias, cuja base territorial não se casava. Portanto havia duplicação de órgãos e superposição de funções; ou seja, uma lástima, pois, por parte do Estado, devíamos atender ao princípio da transparência e da eficiência na administração pública. A Secretaria de Estado de Defesa Social, ao ser criada pelo Governador Aécio Neves, teve o grande desafio de integrar as forças de segurança pública.

Hoje temos o crime no varejo, que vem assolando o Estado e a região metropolitana. São crescentes os índices de violência e criminalidade em Minas Gerais. Por outro lado, contávamos com um aparato de segurança pública estatal desencontrado. É exatamente a Secretaria de Estado de Defesa Social que vem possibilitando a integração dos órgãos de segurança pública no Estado.

Deputado Zé Maia, tive a oportunidade de servir na Polícia Militar durante cerca de 15 anos. Fiquei 11 anos no combate direto ao crime, no comando de radiopatrulhamento. Ao abordar um suspeito na rua, pedíamos para - sempre que necessário -, a central de operações nos fornecer dados sobre o cidadão abordado. Ou seja, informar se ele tinha prontuário criminal, se era foragido de alguma penitenciária ou de uma cadeia pública, se tinha ficha criminal. Pasmem! No ano de 2000, portanto no século XXI, a central de comunicações da Polícia Militar ainda não acessava o arquivo criminal da Polícia Civil. Logo, o histórico de uma placa de veículo não era fornecido à polícia ostensiva, isto é, à polícia fardada, caracterizada, que fica 24 horas na rua. Então, o prontuário criminal de um cidadão não era fornecido. Não se podia informar se ele era foragido do sistema prisional, de uma cadeia pública ou de uma delegacia. Como se vê, trata-se de um desencontro completo na área de segurança pública.

O Secretário de Estado de Defesa Social, utilizando-se da estrutura da própria secretaria, conseguiu reunir-se com os chefes de polícia, com o objetivo de fazer com que a integração desse seus primeiros passos, além de buscar um diálogo permanente. Mais uma vez ressaltamos essa atitude, pois não dependia apenas de vontade política, Deputado Zé Maia. Era preciso ter coragem política. Ouvimos de vários parlamentares, nesta Casa e em Brasília, que dependia de vontade política. Todavia, o que faltava era coragem, visto que havia grande resistência corporativa, ora da Polícia Civil, ora da Polícia Militar. De certa forma, a Secretaria de Estado de Defesa Social quebrou esse corporativismo exacerbado que prejudicava seriamente a segurança pública no Estado de Minas Gerais.

Retorno a esta tribuna, Sr. Presidente, para dizer que mais uma vez o Governador Aécio Neves acertou. Não estou dizendo que o Secretário Antônio Augusto Anastasia vá mexer as peças do xadrez, que vá determinar local e horário para as viaturas. Ele não entende de geoprocessamento das chamadas zonas quentes de criminalidade. Tenho certeza de que esse não é o perfil do Secretário. Não se trata de falta de competência, mas do fato de ter-se dedicado a outra área. Hoje, certamente é uma pessoa renomada e conhecida não só em Minas Gerais, mas também no Brasil. Foi Secretário Executivo do Ministério da Justiça; logo, trouxe de Brasília grande experiência nessa área administrativa.

Deputado Zé Maia, com certeza hoje a segurança pública atravessa um grave problema de gestão. Precisamos - e precisávamos muito - de alguém com o perfil do Secretário Anastasia, que faça com que os recursos alocados para a segurança pública sejam de fato empregados em áreas necessárias, prioritárias. Com a competência que possui na área de gestão pública, que lhe é peculiar, estou certo de que o Secretário desempenhará essa função com todo zelo e presteza, imprimindo eficiência à segurança. Aproveito para ressaltar que não estou criticando o Comandante-Geral da PM, Cel. Sócrates, nem o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Cel. Marcelino, nem o Chefe da Polícia Civil, nem o Subsecretário de Administração Penitenciária, Dr. Agílio Monteiro. Esses homens tiveram formação policial e, do ponto de vista técnico e operacional, estão gerindo as forças da segurança pública do Estado. No entanto, no que diz respeito à gestão administrativa, à alocação de recursos e ao seu correto emprego, ou seja, fazer economia e investir no lugar certo, estou certo de que o Governador acertou na mosca ao designar essa função ao Secretário Antônio Augusto Anastasia.

Para aqueles que receberam a notícia e, num primeiro impacto, entenderam que o Secretário não tinha perfil para ocupar a Pasta, conforme o que ouvimos nos bastidores, deixo, de público, a certeza de que o Governador acertou na escolha. Combati o crime, estive dentro da Corporação e tive a felicidade de presidir a Comissão de Segurança Pública desta Casa por dois anos e dois meses, e venho, ao longo deste sétimo ano de mandato, tentando ajudar a legislar na área de segurança pública. Tenho certeza de que a experiência dos Chefes de Polícia contribui muito para o trabalho, mas o Secretário Anastasia obterá sucesso.

Tive oportunidade, Deputado Zé Maia, de percorrer, do final de janeiro até agora, 27 municípios do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Encontramos destacamentos sem viaturas, sem coletes e sem armamentos pesados, como é o caso da cidade de Divisa Alegre, subindo a BR-116, na divisa do Estado da Bahia. São 11 policiais militares sob o comando de um Sargento, sem viatura. Do lado de lá, está o Estado da Bahia, com rodovias de trânsito intenso.

O Decreto nº 42.569, do Governador Itamar Franco, proíbe o uso de qualquer viatura do serviço público a não ser pelas polícias, pelo Comandante-Geral, pelo Chefe do Estado-Maior da PM, pelo Comandante-Geral, pelo Chefe do Estado-Maior dos Bombeiros, pelo Chefe da Polícia Civil e pelo Secretário Adjunto.

Deputado Zé Maia, temos vários chefes em escalas hierárquicas inferiores utilizando-se de viaturas que poderiam ser alocadas corretamente. Eles não necessitam dessas viaturas, além de seu uso ser proibido pelo decreto do Governo.

O Deputado Zé Maia (em aparte) - Prezado Deputado Sargento Rodrigues, da mesma forma que V. Exa., parabeno o Governador Aécio Neves pela convocação do Prof. Anastasia para a Secretaria de Defesa Social. Embora não tenha militância na área de segurança pública, pela competência e pelo talento demonstrados no choque de gestão na Secretaria de Planejamento, por certo fará grande trabalho na gestão administrativa da Secretaria de Defesa Social. Ele será auxiliado pelos Comandantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. Tenho certeza de que o Prof. Anastasia fará seu trabalho com competência.

Parabeno-o por seu pronunciamento e pelo trabalho combativo, sempre em defesa da segurança pública do povo mineiro.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço as palavras do Deputado Zé Maia.

Espero que nosso Secretário de Estado de Defesa Social, Antônio Augusto Anastasia, possa fazer choque de gestão também no setor de segurança pública do Estado. Há muitos recursos dispersos nessa Secretaria. Com a visão, competência, experiência e bagagem que tem na administração pública, dará ao Governador choque de gestão na Secretaria de Estado de Defesa Social, além de buscar a maior eficiência para que o aparato de segurança pública do Estado possa servir ao povo de Minas Gerais, com todo o vigor e eficiência. Afinal, é para isso que existe, e tem de servir ao povo mineiro.

Agradeço sua paciência, Sr. Presidente. Deixo de conceder aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr., já que nosso tempo se esgotou.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembléia, tratarei de dois assuntos. O primeiro se refere a uma convenção-quadro que tramita no Senado da República. Gostaríamos de contar com o apoio dos nobres colegas para que o Brasil não cometa mais um erro quanto a nossa produção. Estamos com um ofício que será destinado aos Senadores Renan Calheiros, Eduardo Azeredo, Aelton Freitas e Hélio Costa, para que advoguem essa causa em prol do País. Lerei rapidamente o teor desse documento e espero que seja subscrito pelos colegas: (- Lê:)

"Os Deputados Estaduais de Minas Gerais abaixo assinados vêm à presença de V. Exa. demonstrar a preocupação com o Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004, em tramitação no Senado Federal, que tem por objetivo apreciar o texto da Convenção-quadro sobre Controle e Uso do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, assinada pelo Brasil em 16/6/2003.

Com o acirramento da guerra comercial entre nações, após o início dos anos 90, temos assistido a ataques frontais contra os transgênicos, a soja, o eucalipto, e tantos produtos brasileiros que ameaçam a produção e a comercialização dos países ricos. Agora, com o fumo, pode estar ocorrendo o mesmo episódio. Quantos brasileiros bateram palmas para o Bovê, que, durante o 1º Fórum Social Mundial de Porto Alegre, destruiu lavoura de soja transgênica da Monsanto, sendo esse sujeito um dos maiores inimigos dos agricultores brasileiros, pois é o maior defensor dos subsídios agrícolas da Comunidade Econômica Européia.

Que bom seria se ninguém fumasse, mas, já que estamos tratando de uma droga lícita internacionalmente, se o fumo não for produzido aqui, o Brasil passará de grande exportador para importador. Ao invés de captarmos divisas com a venda, gastaremos nossa poupança com a compra do produto; ao invés de gerar empregos no Brasil, serão gerados em outros países; ao invés de as pessoas consumirem produto de qualidade brasileira, passarão a consumir fumo de qualidade duvidosa, contrabandeado ou fabricado no fundo de quintais.

São 200 mil fumicultores, que dependem do produto para viabilizar suas propriedades; são 100 países, que recebem 85% da produção brasileira no valor de US\$1.400.000.000,00; são 2.400.000 empregos gerados em toda a cadeia produtiva do fumo; são R\$6.400.000.000,00 arrecadados aos cofres públicos de todo o País, tendo como referência o ano de 2004.

Diante da expressiva importância econômica e social do fumo para o Brasil e da presença de uma grande fábrica de cigarros em Minas Gerais, na cidade de Uberlândia, pedimos que o Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004 seja arquivado, até que países interessados, como Estados Unidos, Argentina, China, Itália, França e - por que não dizer? - Cuba tomem decisões a respeito da adesão à convenção-quadro."

Sr. Presidente, estamos enviando essa correspondência. Gostaríamos que o fumo e as drogas, de maneira geral, fossem banidas da vida do ser humano. Sabemos que o cigarro traz muitos problemas à saúde. A Organização Mundial da Saúde tem razão em promover esse movimento mundial.

Desejamos que o Brasil participe desse processo, mas sem deixar essa economia para os países que não assinam essa convenção-quadro. Enquanto países que possuem, na sua economia, boa parte da produção do fumo... O nosso pedido é que o Brasil deixe esse assunto suspenso até que os EUA, Cuba, a Argentina, a China, a Itália e a França tomem decisões, sob pena de passarmos de grande exportador para grande importador. Quando isso ocorrer a situação ficará pior, porque perderemos empregos e divisas.

Isso pode parecer um contra-senso e que promovemos um discurso favorável ao uso do fumo. Pelo contrário, somos contra e recomendamos que todos deixem esse vício tão prejudicial à saúde. Porém, ele faz parte da economia do nosso País, sem dúvida nenhuma. Não será um referendo do Senado que fará com que essa cultura deixe de existir de um momento para outro, prejudicando 200 mil produtores e trabalhadores rurais, sem a devida alternativa de produção.

Não pedimos ao Brasil que não assine, mas que esse assunto tão delicado seja realmente tratado em nível maior, macro e mundial, para que todos permaneçam na mesma direção. Caso isso ocorra, aumentaremos o contrabando, as produções clandestinas e as fabriquetas de fundo de quintal, o Governo não arrecadará, e o Brasil não promoverá mais empregos.

Portanto, essa é uma medida de cautela. Pedimos a compreensão especialmente dos nossos Senadores mineiros para defender essa posição temporária.

Sr. Presidente, o segundo assunto que trago a esta tribuna é sobre os 50 anos de morte do nosso ex-Presidente Arthur Bernardes, estadista que trouxe uma excelente contribuição para a vida nacional.

Arthur Bernardes nasceu na nossa querida Viçosa, no dia 8/8/1875, há quase 130 anos. Ele faleceu ao alvorecer do outono de 1955, com 79 anos. Neste ano, em 23 de março, não comemoramos a sua morte, mas a vida que dedicou à Pátria, à sua família, aos amigos, aos correligionários e, principalmente, a Deus com muita fé. Ele era o quarto filho entre os 9 de Antônio da Silva Bernardes e de Maria Anice Bernardes. O seu pai, Cel. Antônio da Silva Bernardes, era português e, em Viçosa, exercia, como era permitido, a advocacia, tendo sido Promotor de Justiça dessa comarca. Foi também influente político, como militante do PL, não somente no Império, mas também na República, militando nas fileiras do glorioso Partido Republicano.

Arthur Bernardes aprendeu as primeiras letras em Viçosa, sendo seu professor o Mestre Melo - Manuel de Deus Melo. Aluno inteligente, aplicado e ativo, foi comerciário em Coimbra, Distrito de Viçosa, onde trabalhou na casa comercial de Manuel Graça de Sousa Ferreira, seu cunhado.

Posteriormente ingressou no quadro dos servidores da velha e legendária Casa Telles, na cidade de Visconde do Rio Branco, fundada e dirigida por Adriano Telles, português como o seu venerado pai.

Conta-se que, quando trabalhava na Casa Telles, em certo dia, chamou o Sr. Telles, dizendo-lhe que, embora satisfeito com a acolhida que lhe dava o dono da casa, queria retirar-se. Este, surpreso, perguntou-lhe a razão daquela inesperada atitude. Ao que lhe disse Arthur Bernardes: "Estou resolvido a estudar, pois quero ser ainda alguma coisa nesta vida".

Despedindo-se do seu patrão e amigo e dos seus colegas de balcão, regressou a Viçosa. Em seguida, de acordo com o seu pai, ingressou no velho Colégio do Caraca, onde se houve com raro brilho, pois era aluno estudioso e inteligente.

Após algum tempo, foi para Ouro Preto, então Capital do Estado, a fim de ingressar na escola de Direito, o que se deu após prestar, com brilho invulgar, os exames vestibulares.

Em Ouro Preto, para se manter, não sendo pesado ao seu velho pai, lecionava diversas matérias do curso preparatório.

De Ouro Preto, transferiu-se para São Paulo, ingressando, ali, na legendária Escola de Direito do Largo de São Francisco. Também em São Paulo, exerceu o magistério e o jornalismo, havendo-se sempre com invulgar brilhantismo.

Formou-se em Direito no ano de 1900. Em seguida, regressou a Viçosa, onde abriu escritório de advocacia. Casou-se com D. Célia Vaz de Melo em 1903, filha do Senador Carlos Vaz de Melo, então prestigioso e influente chefe político dessa região.

Ingressando na política, foi eleito Vereador à Câmara Municipal de Viçosa pelo Distrito de Teixeira, hoje cidade de Teixeira, mas que, na época, pertencia ao município.

Com o falecimento do Senador Vaz de Melo, a chefia política de Viçosa passou às mãos de Bernardes. Daí para a frente, foi eleito Deputado Estadual, Deputado Federal, Presidente do Estado de Minas Gerais, Presidente da República e, posteriormente, Senador da República.

É interessante mencionar esse aspecto da vida de Bernardes. Aos 27 anos foi Vereador em Viçosa e aos 47 anos, depois de ter sido Deputado Estadual e Federal, Secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais, foi Presidente da República. Portanto, uma ascensão meteórica da carreira política de Arthur Bernardes.

Após ter deixado a Presidência da República, pouca gente sabe disso, foi Senador da República e, depois, Deputado Federal por dois mandatos. Temos, portanto, de evidenciar essa carreira brilhante de um mineiro que nasceu em Viçosa e teve uma das carreiras políticas mais brilhantes deste País.

Em todos esses elevados cargos, Bernardes demonstrou as suas qualidades de estadista e administrador de grande visão, dando grande relevo às suas altas funções.

Para sucedê-lo na Presidência da República, foi eleito, na maior harmonia, o Dr. Washington Luiz, Presidente do Estado de São Paulo. Já a sucessão de Washington Luiz foi marcada por ásperas lutas entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes, Presidentes do Estado do Rio Grande do Sul e de São Paulo, respectivamente.

Bernardes, porque Minas apoiou o candidato Getúlio Vargas, ficou solidário com seu Estado natal e com sua política. Derrotado Vargas, deu-se a Revolução Armada de 1930, que, vitoriosa, deu a Vargas a chefia do Governo Federal.

Vargas demonstrou, desde logo, tendências ditatoriais, pelo que Arthur Bernardes, um dos grandes vultos da Revolução de Outubro, dele passa a divergir.

À vista da atitude do ditador Getúlio Vargas, foi deflagrada, em 1932, uma revolução armada para depô-lo, havendo Bernardes, desde logo, dado o seu entusiástico apoio à causa da Revolução Constitucionalista de 1932.

Por sinal, nessa data, naquele ano, Bernardes produziu e fez divulgar importante manifesto de apoio à causa constitucionalista, por meio de manifesto que leva a célebre declaração: "Quanto a mim, fico em São Paulo, porque para São Paulo se transportou a alma cívica do Brasil".

Vencida a Revolução Constitucionalista, o que foi um fato deveras lamentável, foram presos e deportados seus principais líderes, entre os quais Arthur Bernardes, Borges de Medeiros, Generais Euclides de Figueiredo, pai de ex-Presidente João Figueiredo, e Bertholdo Klingner.

Em 1935, Bernardes retorna de Portugal e passa a presidir o Partido Republicano.

Em 1937, com o golpe de Getúlio Vargas, Bernardes submergiu politicamente até 1943, quando assinou o famoso Manifesto dos Mineiros.

Em 1945, com a deposição de Vargas, Bernardes contava 70 anos de idade, mas candidatou-se e foi eleito para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946 e, a partir de 1948, passou a liderar um movimento nacional para a criação da PETROBRÁS, que, afinal, foi criada em

1953.

Em 1954, com quase 80 anos, elegeu-se Deputado Federal e passou a lutar contra a criação da hiléia amazônica. Notabilizou-se, então, como um dos grandes nacionalistas do Brasil.

A grande obra de Bernardes para Viçosa foi a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, hoje Universidade Federal de Viçosa. Com a criação da ESAV, Bernardes, a um só tempo, demonstrou seu entusiasmo pelas coisas da terra e sua grande visão de estar criando algo permanente.

Bernardes, sempre demonstrando, em todos os cargos que ocupou, grande amor pelos destinos da Pátria, deu sempre grande relevo às coisas da terra, haja vista que, quando Deputado Federal em 1946, apresentou à consideração de seus ilustres pares um projeto de lei que estabelecia a obrigatoriedade da criação de uma escola superior de agricultura em cada um dos Estados da República, o que mostra sua visão de estadista.

Tendo tido sempre grande carinho pela nossa querida Viçosa, após deixar o Governo da República em 1927, em viagem de recreio pelos países da Europa, assim se manifestou em carta ao Dr. João Braz da Costa Val, então Presidente da Câmara Municipal de Viçosa: "Encareço-lhe a atenção para a necessidade de se cuidar do nosso jardim - este nosso jardim da Praça de Silviano Brandão -, bem como das estradas que demandam os nossos distritos". Um Presidente da República preocupado com os mínimos detalhes da sua querida cidade natal, Viçosa. Veja bem, ainda que longe da Pátria, não se esquecia da nossa querida terra.

O Presidente Bernardes faleceu no dia 23/3/55, época de nossa vida republicana das mais difíceis, pois que, com o suicídio de Getúlio Vargas e a conseqüente ascensão de Café Filho ao Governo Federal, se punha em perigo a candidatura de Juscelino Kubitschek, candidatura essa firme e decididamente apoiada por Bernardes.

A Nação brasileira ainda hoje chora o desaparecimento de filho seu tão ilustre. Curva-se, reverente, rendendo homenagem sentida e sincera àquele insigne homem público, que ao Brasil dedicou inteligência, vontade e alma, tudo o que há de mais caloroso e nobre na constância de servir à Pátria. Para Bernardes, pátria não era entidade vaga, imaginária, mas palpante e concreta, uma idéia-força que, falando ao coração, infunde entusiasmo, crença e valor.

A flama do patriotismo iluminou-lhe a jornada da vida. Para Bernardes, patriotismo era sentimento e convicção, vibrando em suas fibras mais íntimas, sublimando a sua sensibilidade para perceber o sentido mais profundo e destinativo da nacionalidade que nele encontrava o servidor atento, prestimoso e solícito a correr na defesa do que lhe parecesse digno do bom combate, mesmo com sacrifício, fazendo com que se respeitasse o cidadão e se admirasse o patriota.

A Pátria, segundo Rui Barbosa, não é ninguém: são todos; e cada um tem, no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua, da liberdade.

Os que a servem são os que não invejam, os que não difamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acovardam, mas resistem, mas ensinam, mas reforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo.

Todos os sentimentos grandes são benignos e residem originalmente no amor. No próprio patriotismo armado, o de mais difícil vocação, a dignidade não está no matar, mas no morrer.

Aquelas também foram as palavras pronunciadas por Arthur Bernardes, mas da forma mais profunda que alguém as pode pronunciar, porque as praticou.

Sr. Presidente, conluo aqui as minhas palavras dizendo que esse pronunciamento foi feito durante a comemoração dos 50 anos de morte do estadista, de Vereador a Presidente da República, Arthur da Silva Bernardes.

Num requerimento da Vereadora Cristina Fontes, de Viçosa, esse discurso também foi proferido pelo ex-Vereador e professor da Universidade Federal de Viçosa, e hoje administrador do hospital São Sebastião, em Viçosa, Prof. Francisco Machado.

Aproveito a oportunidade, o que já deveria ter feito há muito tempo, para agradecer à Associação Comercial e Industrial de Viçosa, na pessoa da Presidente, Ivone Maria Pires de Barros, que concedeu a mim, com muita honra, a Comenda Arthur Bernardes. Sou grato a ela e transmito essa gratidão a toda a comunidade da nossa querida Viçosa.

Concedo aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que tem uma importante consideração a ser feita. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Paulo Piau. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de mais nada, saúdo V. Exa., Deputado Paulo Piau, pelo seu extraordinário conteúdo em memória de Arthur Bernardes. V.Exa. nos trouxe o exemplo dado por Arthur Bernardes a Minas e ao Brasil.

Mineiro da sua querida Viçosa, pôde, ao longo de sua trajetória como cidadão, como político, como chefe de família e, particularmente, como homem acendrado ao direito e às coisas corretas, deixar gravado no chão do Estado de Minas Gerais e do Brasil o exemplo extraordinário de um dos maiores estadistas do País. Reverenciar a memória de Arthur Bernardes é para nós, sem dúvida alguma, um dever de gratidão em homenagem a tudo o que fez.

E V. Exa, por meio de seu pronunciamento oriundo da Câmara Municipal de Viçosa, merecidamente também recebeu a comenda da Associação Comercial dessa cidade, da sua querida terra, e trouxe a todos os parlamentares e ao povo mineiro o exemplo desse grande brasileiro, desse grande mineiro. Dessa forma, também me associo a V. Exa., fazendo coro com as suas palavras iniciais.

É importante reverenciar a memória dos que construíram nosso Estado e a cidadania, com ética e exemplo. Acima de tudo, precisamos ressaltar o exemplo desse grande brasileiro Arthur Bernardes. Parabéns a V. Exa. por fazer essa rica homenagem.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para registrar, com satisfação, que, na tarde de hoje, usando da prerrogativa regimental, formulamos voto de congratulações ao Instituto Nacional de Telecomunicações - INATEL -, na pessoa do Prof. Wander Wilson Chaves.

Amanhã, 31 de março, celebraremos, para o orgulho de Minas Gerais e do Sul de Minas, 40 anos de funcionamento de uma das empresas pioneiras na área de telecomunicações do Brasil e do mundo, que se encontra sediada na cidade de Santa Rita do Sapucaí.

Em nossa justificativa, manifestamos o seguinte: "O Instituto Nacional de Telecomunicações comemora, neste 31 de março, 40 anos de história e grandes realizações, promovendo no seu auditório Aureliano Chaves - ex-Presidente e professor da instituição - uma solenidade alusiva à data, que contará com a presença de autoridades estaduais e municipais, de ex-diretores do Instituto, de colaboradores e de nosso companheiro Deputado Bilac Pinto, hoje Secretário de Ciência e Tecnologia.

Localizado em Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas Gerais, o INATEL foi fundado em 1965 como instituição pioneira no ensino e na pesquisa, especializada em engenharia elétrica e de telecomunicações no Brasil.

Com o lema Formar o Homem para a Engenharia, o INATEL trabalha para a formação técnica e humanística de seus alunos, que têm à disposição os cursos de graduação em engenharia elétrica - eletrônica e telecomunicações - e engenharia da computação; de especialização em engenharia de redes e sistemas de telecomunicações e especialização em sistemas de TV digital - primeiro curso lançado no País, além do curso de mestrado em telecomunicações.

Dotado de "campus" com área total de 75.000 m², o INATEL possui amplas salas de aula, laboratórios modernos, biblioteca com grande acervo técnico e cultural, auditório e telessala com recursos audiovisuais, além de extensa área verde.

Imbuído do propósito de alcançar constante desenvolvimento tecnológico, o INATEL mantém grupos de pesquisa e iniciação científica apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG - e pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL. Os resultados altamente positivos e meritórios são apresentados em congressos nacionais e internacionais.

Nesse aspecto, em parceria com a Linear Equipamentos Eletrônicos, empresa de Santa Rita do Sapucaí, o INATEL está desenvolvendo sistemas para transmissão de TV digital. O projeto de pesquisa e desenvolvimento foi aprovado pela Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia - FINEP -, com recursos do Fundo Setorial para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL.

Nesses 40 anos de atuação e pioneirismo, o INATEL elevou o nome de Minas Gerais, o que enseja a manifestação de regozijo desta Casa Legislativa, que se associa aos alunos, ex-alunos, diretores, ex-diretores, parceiros e empreendedores para reafirmar a convicção de que o instituto continuará colocando-se na vanguarda das conquistas tecnológicas em nosso Estado e no Brasil, fazendo de Minas uma referência nesse campo sem fronteiras.

São essas as nossas razões. Felicito, por meio da nossa palavra amiga, o Procurador-Geral do INATEL, nosso caro amigo Dr. Júlio César Capone, que, além de professor, é responsável pela parte jurídica de todo o instituto, que é exemplo para Minas e para o Brasil.

Outro assunto me traz a esta tribuna. Durante dois dias, em Minas Gerais, acontecerá um importante encontro, o 36º Fórum Nacional de Reitores. Discutiremos as políticas de acesso e permanente expansão. Minas estará recepcionando 39 universidades do Brasil, contando com a UNIMONTES e com a UEMG, que tivemos a satisfação de abranger por meio de uma proposta de emenda à Constituição da nossa autoria, promulgada por esta Casa. Mais à noite, haverá a abertura oficial desse importante encontro para o Brasil, quando discutiremos a reforma universitária, por meio do Governo Federal, incentivando todos os Reitores e escolas federais a conhecerem de perto a questão e a darem a sua opinião, para que haja uma reforma universitária firme, que atenda aos anseios de todos aqueles que procurarem o acesso às escolas universitárias.

Neste momento, saúdo o Prof. José Antônio Reis, Reitor da UEMG. Associando-me ao Deputado Paulo Piau, integrante da Frente Parlamentar Pró-UEMG, digo-lhe que estamos extremamente imbuídos do firme propósito de fazer com que o Governo cumpra a sua responsabilidade no repasse dos recursos financeiros, tanto para a parte de ciência e tecnologia quanto para a valorização dos servidores. Sem dúvida alguma, a UEMG representa um marco importante na educação universitária do Brasil. Tenho a certeza de que não faltará, por parte do Governador Aécio Neves, o atendimento às reivindicações da Frente Parlamentar Pró-UEMG, as quais já foram discutidas constantemente, viabilizando-se recursos para o fomento dessa importante universidade, que é exemplo para Minas e para o Brasil.

Sr. Presidente, aproveitando os minutos que me restam, informo que hoje, pela manhã, foi realizada em Pouso Alegre mais uma reunião da Associação Microrregional de Prefeitos. Foram discutidos importantes assuntos. O palco de discussões foi a sede do 20º Batalhão da Polícia Militar. Saúdo o Cel. Aquino, por ter recepcionado todos os Prefeitos da nossa região. O importante tema discutido hoje foi a segurança pública do Sul de Minas. Estiveram presentes altas autoridades ligadas à segurança, tanto civil quanto militar, Prefeitos e Secretários, buscando efetivamente uma solução para que os municípios possam caminhar com tranquilidade, principalmente os nossos: Monte Sião, Jacutinga, Ouro Fino, Andradas e Extrema, que fazem divisa de Estado, onde o índice de criminalidade é mais acentuado. Tenho a certeza absoluta de que, dessa discussão, chegou-se a uma importante decisão, para que os municípios sejam parceiros imediatos das Polícias Civil e Militar.

Aproveitando o tema segurança, saúdo o nosso Secretário Anastasia, que, com sua competência extraordinária, assume uma importante Pasta, a da segurança pública.

Ressalto que, durante esses dois anos, a presença do Secretário Anastasia na construção de todos os projetos, principalmente quando discutíamos os planos de carreira do funcionalismo público, foi constante. Todas as vezes em que foi convidado, S. Exa. esteve prontamente nesta Casa, apresentando suas sugestões e defendendo seus pontos de vista.

Ele irá brilhar em sua caminhada como técnico, político e, principalmente, como extraordinário representante do Governador. Como profundo conhecedor do mecanismo financeiro do Estado, trará aos municípios avanços na área da segurança, que é tão importante e que tanto nos preocupa. Saúdo o Secretário Anastasia. Caminharemos juntos em busca de projetos importantes para Minas.

Sr. Presidente, ouvimos oradores de vários partidos falarem sobre a CEMIG, com diversas abordagens sobre o edital anulado por determinação do Ministério Público. A seriedade da CEMIG é indiscutível. Por meio de dados solicitados na assessoria da empresa, mostraremos que ela foi a única, em todo o Estado, que buscou soluções efetivas para cumprir suas ações frente à verba do Governo Federal. Em todas as regiões de Minas, há a presença marcante da CEMIG, da mesma forma ocorre com a COPASA.

Com as informações pleiteadas, contestaremos os dados, conforme solicitação dos Deputados que desejam saber as causas do cancelamento do edital. Amanhã, traremos dados importantes para que não haja dúvidas em relação à CEMIG, exemplo para Minas e para o Brasil.

No dia 1º, às 17 horas, estaremos em São Gonçalo do Sapucaí para a instalação da segunda vara da comarca local. Mais uma vez, agradeço ao Presidente do Tribunal de Justiça, Correia de Marins, que, a partir de inúmeras reivindicações da comunidade, do Prefeito e da OAB, implantará mais essa unidade. Hoje, a Comarca de São Gonçalo abriga mais três municípios, com quase 5 mil feitos em andamento. Logo, esse é um

sonho antigo dos que lidam com o direito, e, particularmente nosso, que desde o primeiro momento buscamos alternativas para a distribuição da tutela jurisdicional da cidade.

Sr. Presidente, com muito prazer assumimos a honrosa Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Ontem, nosso nome e o do Deputado Gilberto Abramo foram confirmados para, por dois anos, dirigir o destino dessa importante Comissão. Para isso, contaremos com o apoio de nossos pares e teremos o dever cívico de caminhar juntos com a Assembléia. Conhecemos as dificuldades que enfrentaremos, mas aceitamos o desafio e, certamente, por meio de nossas assessorias, construiremos projetos importantes e analisaremos as manifestações do Governador Aécio Neves, a fim de retomar o desenvolvimento, garantindo ações importantes, frutos de proposições já apresentadas.

Na tarde de ontem, designamos relatores para mais de 150 projetos, Deputados que participarão de várias relatorias de utilidade pública e de projetos que já estão aguardando a preparação de relatórios e a redesignação. Saúde e agradeço ao Colégio de Líderes pela indicação de meu nome para conduzir essa comissão que é uma das mais importantes do parlamento mineiro. Galgaremos esse caminho com seriedade e com dignidade. Obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde. Venho à tribuna para tratar de assunto que está incomodando milhares de comerciantes e de empresas em todo o Estado, os quais correm o risco de fechar suas portas.

Farei uma cronologia da Taxa de Incêndio, cujo pagamento por comerciantes e empresas vence no próximo dia 31 de março, com multa e com juros, pois ocorreram várias irregularidades no envio dos boletos. Há donos de padaria que estão dizendo que precisarão fechar as portas porque não conseguem pagar um ou dois funcionários. Às vezes trabalham junto com a esposa, o filho ou o irmão e ainda precisam pagar uma taxa de mais de R\$1.000,00, já pagando pelo funcionamento do Corpo de Bombeiros.

No dia 18/9/2003, o Governador Aécio Neves envia à Assembléia Legislativa de Minas Gerais um pacote com seis projetos instituindo taxas e aumentando tributos já existentes no Estado. O mais polêmico cria a Taxa de Incêndio com o intuito de arrecadar recursos para investimentos no Corpo de Bombeiros. Conseguimos impedir a cobrança da taxa para chamar a polícia e para fazer o boletim de ocorrência. No dia 2/10/2003, o parecer favorável ao projeto que criou a Taxa de Incêndio foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, e fui o único Deputado, representando o Bloco PT-PCdoB, que votou contra. Todos os outros Deputados votaram favoravelmente. No dia 14/10/2003, as Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária realizaram audiência pública a respeito do projeto das taxas, com a ausência do Secretário da Fazenda, que apenas enviou representante.

Naquele momento, solicitamos a presença do Secretário e, com muita dificuldade, conseguimos realizar a audiência.

No dia 16/10/2003, o Dr. Fuad Noman, Secretário da Fazenda, compareceu a esta Assembléia para, na reunião da comissão, defender os projetos que criam e aumentam as taxas e os impostos, entre elas a Taxa de Incêndio.

No dia 22/10/2003, o parecer favorável ao projeto que criou a Taxa de Incêndio foi aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, seguindo para a Comissão de Segurança Pública.

No dia 23/10/2003, o parecer favorável ao projeto que criou a Taxa de Incêndio foi aprovado na Comissão de Segurança Pública e seguiu para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que, no mesmo dia, à noite, o aprovou.

No dia 29/10/2003, a discussão em Plenário do projeto que criou a Taxa de Incêndio foi encerrada com a apresentação de 51 emendas. Apresentei em torno de dez emendas ao projeto. Vários outros Deputados também apresentaram emendas: o Deputado Gilberto Abramo apresentou sete emendas; o Deputado Rogério Correia, cinco; os Deputados Adalclever Lopes, Chico Simões e George Hilton, cada um, duas; e os Deputados Sargento Rodrigues, Dinis Pinheiro, Sebastião Navarro Vieira, Paulo Piau e Antônio Júlio apresentaram, cada um, uma.

No dia 6/11/2003, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária aprova novo parecer sobre o projeto que cria as taxas em Minas, entre elas a de incêndio, rejeitando as emendas da Oposição que acabavam com a referida taxa. Infelizmente, em 6/11/2003, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária aprova o novo parecer, rejeitando as nossas emendas.

No dia 10/11/2003, o projeto que cria a Taxa de Incêndio entrou na pauta do Plenário, para votação. O Bloco PT-PCdoB iniciou um longo processo de obstrução, na tentativa de evitar a sua aprovação.

Infelizmente, no dia 19/11/2003, a Assembléia aprovou o Projeto de Lei nº 1.078/2003, que institui a Taxa de Incêndio, entre outras. O Bloco PT-PCdoB obstruiu, ao máximo, a votação, apresentando emendas e substitutivos. O placar final foi de 51 votos a 20, sendo aprovada a criação da Taxa de Incêndio e de outras.

No dia 29/12/2003, o Governador Aécio Neves sancionou a Lei nº 14.938, de 29/12/2003, que cria a Taxa de Incêndio, um presente de mau-gosto para as donas de casa, para o comércio e para a indústria.

No dia 2/1/2004, o PT e o PCdoB protocolizaram no Tribunal de Justiça de Minas Gerais uma ação direta de inconstitucionalidade contra a Taxa de Incêndio.

No dia 12/4/2004, o Secretário de Fazenda publicou resolução sobre a cobrança da Taxa de Incêndio em 64 cidades, cujas datas de vencimento variavam entre 26 a 30 de abril para as residências e de 3 a 7 de maio para o comércio e para a indústria, com valores de R\$18,80 a mais de R\$2.000,00, inclusa a taxa de expediente.

A Secretaria da Fazenda publicou a resolução em 64 cidades: Alfenas, Araguari, Baldim, Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Montes Claros, Nova Lima, Nova União, Ouro Preto, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Coronel Fabriciano, Diamantina, Divinópolis, Esmeraldas, Florestal, Governador Valadares, Ibiturê, Guarapé, Ipatinga, Itaguara, Itajubá, Itatiaiuçu, Ituiutaba, Jaboticatubas, Juatuba, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Lavras, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Pirapora, Pouso Alegre, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, Santana do Paraíso, São João del-Rei, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São Sebastião do Paraíso, Sarzedo, Sete Lagoas, Teófilo Ottoni, Timóteo, Três Corações, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Vespasiano, ou seja, instituiu a Taxa de Incêndio para as residências, para o comércio e para a indústria em 64 municípios.

No dia 20/4/2004, pressionado pela Oposição e pela opinião pública, o Governador Aécio Neves anunciou a suspensão da cobrança da Taxa de Incêndio residencial. Qual foi a nossa surpresa? No dia 21/4/2004, a Secretaria de Estado de Fazenda publicou a resolução anunciada pelo

Governador; entretanto, a taxa não havia sido suspensa, apenas teve seu prazo de pagamento postergado em um ano. Conseqüentemente, os contribuintes residenciais teriam de pagar a taxa duas vezes em 2005. O que ocorreu?

No dia 20/4/2004, o Governador, pressionado pela opinião pública, anunciou a suspensão da cobrança da referida taxa. Qual foi a nossa surpresa? A publicação foi feita um dia depois. Ele não havia suspenso a taxa, mas apenas prorrogado sua cobrança. Dessa forma, em 2005, as pessoas físicas, proprietárias de imóveis residenciais, pagariam a taxa duas vezes. No dia 27/4/2004, apresentei um requerimento solicitando ao Secretário o número de contribuintes residenciais que haviam efetuado o pagamento da Taxa de Incêndio. Na mesma data, eu e a Bancada do PMDB protocolizamos nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.585/2004, tendo em vista a revogação da Taxa de Incêndio. No dia 28/4/2004, em uma decisão contrária, o Desembargador Roney Oliveira, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, rejeitou o pedido de liminar contra a Taxa de Incêndio na ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo Bloco PT-PCdoB. O mérito da ADIN ainda não foi apreciado. O Bloco PT-PCdoB recomendou a várias associações comerciais, entidades representativas de classe e movimentos organizados que entrassem na justiça contra essa taxa.

No dia 4/5/2004, eu e alguns outros Deputados parabenizamos as associações comerciais de Uberlândia, Araguari e Juiz de Fora pela derrubada da cobrança da Taxa de Incêndio por meio do mandado de segurança. No dia 6/5/2004, a Secretaria de Fazenda prorrogou o prazo de pagamento da taxa pelos contribuintes comerciais e industriais para o dia 20/5/2004. No mesmo dia, o Deputado Rogério Correia denunciou em Plenário a agressão praticada por dois policiais a dois pintores de muro que faziam inscrição autorizada contra a Taxa de Incêndio. No dia 2/6/2004, o Deputado Miguel Martini anunciou em Plenário a existência de uma decisão judicial contra a Taxa de Incêndio; entretanto, em consulta aos Tribunais superiores, verificamos que não havia sido julgada - nem estava prestes a ser apreciada - nenhuma ação que versasse sobre o tema. Depois voltarei a esse ponto para mostrar como o Deputado conseguiu prever o futuro, pois, no dia 2/6/2004, disse que existia uma decisão do Supremo Tribunal sobre a Taxa de Incêndio; todavia, como já disse, verificamos e nada encontramos. Depois vocês entenderão o que houve.

No dia 29/7/2004, o Desembargador Dorival Guimarães Pereira, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, suspendeu a cobrança da Taxa de Incêndio, ao apreciar a ADIN proposta pela Câmara Municipal de Juiz de Fora; no entanto, a decisão foi cassada pelo mesmo Desembargador no dia seguinte.

Em 13/8/2004, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nélson Jobim, cassou as liminares obtidas por 19 associações comerciais - entidades representativas -, contra a Taxa de Incêndio. No dia 25/8/2004, utilizei-me desta tribuna para criticar, em Plenário, o Presidente do Supremo por suas motivações políticas, o que nos causou estranheza. Ainda não ficou elucidado o fato de o Deputado Miguel Martini já ter anunciado essa decisão há dois meses e meio. No dia 2 de junho, o Deputado anunciou que já existia decisão judicial contrária à taxa no Supremo Tribunal Federal. Verificamos, apenas um Procurador do Estado tinha agendado reunião com o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Para nossa estranheza, dois meses depois, houve decisão do Supremo anunciando a cassação das liminares obtidas por 19 associações comerciais representativas de todo Estado de Minas Gerais.

Em 22/9/2004, o Governador Aécio Neves foi à imprensa anunciar a revogação da Taxa de Incêndio. O Governador esqueceu-se de que não podia criar ou revogar leis, já que o Poder Legislativo é que tem atribuição constitucional e legal para isso.

Em 5/10/2004, por decisão da Presidência da Assembléia, o projeto do Governador foi anexado ao Projeto de Lei nº 1.585, de minha autoria e da Bancada do PMDB, passando esse último a ter preferência na tramitação. Quando o Governador fez seu anúncio, já havia esse projeto de minha autoria e da Bancada do PMDB tramitando nesta Casa.

Em 7/10/2004, comentei o envio do projeto do Governador e seu cunho eleitoreiro, e parabenizei o Presidente Mauri Torres pela decisão de anexar o projeto ao de minha autoria, que tratava da revogação de todo o tributo.

No dia 14 de dezembro, nós, juntamente com os Deputados do PMDB, apresentamos emenda revogando a Taxa de Incêndio residencial, que foi aprovada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Apresentei a Emenda nº 233, de minha autoria, ao projeto do Deputado Leonardo Quintão, que foi aprovada, revogando, em caráter definitivo, a Taxa de Incêndio em todas essas mais de 60 cidades que citei. Os proprietários de residências com mais de 75m² teriam de pagar de R\$27,00 a valores acima de R\$500,00.

Com muita pressão, revogamos a Taxa de Incêndio para as residências, o que mostra que vale a pena acreditar que é possível uma mudança. Em momento algum abaixamos a cabeça. Fizemos várias audiências públicas, além de mobilizações e manifestações em praças públicas. Discutimos o assunto com a sociedade organizada, pois essa taxa penalizaria muito os proprietários das residências, já que era inconstitucional, pois feria o princípio da capacidade contributiva.

Além disso, é muito injusto vermos um proprietário de residência da periferia ter de pagar, às vezes, mais de R\$500,00, e o de um imóvel em área nobre da cidade, com área inferior a 75m², ficar isento de pagar essa Taxa de Incêndio. Também fere o princípio do art. 148 da Constituição Federal, uma vez que se trata de serviço indivisível já de responsabilidade do Corpo de Bombeiros. O valor a ser cobrado seria de acordo com o tamanho da edificação, o que já é típico de um imposto municipal, o IPTU. Assim, estaria configurada bitributação.

O que é taxa? Se você vai a um cartório para autenticar um documento paga uma taxa pelo serviço prestado. Se você vai ao correio para postar uma carta paga uma taxa pelo serviço prestado. Com relação à Taxa de Incêndio, não há como se prever. Não se pode aceitar que todas as residências no Estado de Minas Gerais pegarão fogo. Isso é ilógico e impossível de acontecer.

Só se pode instituir impostos e tributos se for uniforme, de acordo com o art. 152 da Constituição do Estado, que prevê que "qualquer tributo no Estado só poderá ser instituído se for uniforme para todos os 853 municípios de Minas", o que não foi o caso da Taxa de Incêndio, que foi criada para mais de 60 municípios. Concedo aparte ao Deputado Ermano Batista.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Agradeço, Deputado Weliton Prado, por me dar oportunidade de um pequeno pronunciamento sobre o tema que V. Exa. acaba de trazer. Ouvi com atenção a leitura do relatório de V. Exa. a respeito do caminho percorrido pelo projeto de lei que criava a Taxa de Incêndio no Estado de Minas Gerais. V. Exa., sem dúvida alguma, foi determinado contra a instituição dessa Taxa de Incêndio.

É louvável a ação de V. Exa., mas entendo que não se deve louvá-lo por defender uma minoria abastada contra uma maioria carente. V. Exa. tem procedido de forma errônea, mas sei que não é o sentimento de V. Exa., porque se trata de um sentimento do seu partido. Eu o conheço bem. Sei que o partido de V. Exa. é useiro e vezeiro em defender os grandes. Haja vista a sobrecarga de tributação imposta ao povo brasileiro para beneficiar o capital estrangeiro.

A esperança foi vencida pela decepção, e o medo foi substituído pela euforia. Quem tinha esperança era o trabalhador, mas está decepcionado; e quem tinha medo era o capital, que está sorrindo, haja vista a publicação anual dos extraordinários lucros bancários. Tudo graças a uma ação do Governo do seu partido, que sobrecarrega a população do Brasil a ponto de chegar a 40% dos seus rendimentos para beneficiar os banqueiros tanto nacionais como internacionais.

V. Exa. faz uma defesa pungente do interesse de municípios grandes - e sei que tem em vista a cidade de Uberlândia, já que não quer que o uberlandense pague a Taxa de Incêndio. Mas, para defender Uberlândia, V. Exa. se esquece de que está condenando 789 municípios pequenos, que não têm esse serviço à disposição. Para manter esse serviço, são extraídos recursos oriundos da receita corrente, isto é, de impostos como o ICMS, que ajudam os municípios a pagar pela manutenção do serviço de bombeiro, que está disponível em apenas 64 cidades do Estado de Minas Gerais, como V. Exa. acaba de mencionar.

Essas cidades hoje recebem serviços que são pagos pelo povo de minha cidade, Mantena, pelo povo de São João do Manhuaçu, de São João do Manteninha e de cidades pequenas como Mendes Pimentel.

Manga nunca teve acesso ao Corpo de Bombeiros e está pagando para que Uberlândia, cidade de V. Exa., deixe de pagar, o que é uma injustiça. Redundantemente, V. Exa. refere-se à exorbitância da cobrança de taxa.

A Medida Provisória nº 232 eleva a taxa de 12% para 40%, que é a contribuição social sobre o lucro líquido. Essa medida taxa o pequeno produtor rural num faturamento de R\$1.164,00, imposto antecipado. Imposto de Renda de 1,5% é empréstimo compulsório.

O Governo Federal afirma que o produtor rural poderá ressarcir-se quando declarar sua renda, ou seja, poderá pedir a devolução daquele valor. Porém o produtor rural não é o real financiador desse imposto, pois não tem como financiar essa despesa a mais, repassando-a ao consumidor final, à classe trabalhadora, e aumentando o preço do seu produto. No ano seguinte, quando a devolução é feita, o dinheiro irá para o bolso do produtor, e não para o bolso do real financiador desse aumento exorbitante que o Governo Federal tenta impor. É isso que V. Exa. deve defender, já que V. Exa. não é o reflexo dos anseios apenas do povo de Uberlândia, das pessoas ricas de Juiz de Fora, mas dos de toda a população mineira.

A classe pobre de Juiz de Fora foi atendida, já que imóvel residencial abaixo de 75m² não foi taxado. Essa atitude beneficiou os fracos, os que não podem pagar. Entretanto V. Exa. defendeu 64 cidades, ou seja, apenas os ricos de 64 cidades contra a pobreza existente nos demais 789 municípios. Essa atitude é insana e não condiz com a personalidade, com o caráter e com a grandeza de V. Exa.

O Deputado Weliton Prado - Deputado Ermano Batista, não são 64 municípios que possuem unidades do Corpo de Bombeiros, o que é uma aberração, uma maldade, uma injustiça do Governador de Minas Gerais, mas apenas 32 municípios. Infelizmente, várias cidades pagam o pato, pagam a conta.

O serviço prestado pelo Corpo de Bombeiros é um serviço público. Já pagamos muitos impostos para custear as atividades do Corpo de Bombeiros. Todos os 700 municípios pagam impostos para custear as atividades do Corpo de Bombeiros e, muitas vezes, não têm direito a esse serviço.

Quando pega fogo na residência de uma pessoa que não pagou a Taxa de Incêndio, é obrigação do Corpo de Bombeiros ir lá e apagar o fogo. E se queimar, por exemplo, a televisão, o álbum de fotografia ou o sofá? O Governo do Estado irá ressarcir esse cidadão pelos bens perdidos? Não. Cabem ações judiciais nesses casos, o que fez com que o Governador aumentasse em mais de 800% as custas judiciais, para impedir que o cidadão tivesse acesso ao Poder Judiciário.

A OAB obteve uma liminar do Supremo Tribunal Federal suspendendo o aumento das custas judiciais. Infelizmente a liminar "caiu", permanecendo o preço exorbitante das custas judiciais.

Compreendemos que essa atitude de criação da Taxa de Incêndio para as residências foi uma maldade muito grande. Foi com sabedoria que todos os Deputados desta Casa ajudaram, depois de tanta pressão e empenho. Durante todo o tempo acreditei. Muitos colegas me pediram para desistir; disseram que o nosso bloco era composto por 16 parlamentares - número menor que 60. Lutamos até o fim e conseguimos, de forma vitoriosa, acabar com a cobrança dessa taxa para as residências. Imaginem se não tivéssemos acreditado! O resultado da primeira votação foi o seguinte: 51 votos favoráveis à criação da taxa, e apenas 20 contrários. Não desisti em momento algum. Fizemos pressão, e com o clamor da população e das entidades organizadas, sensibilizamos o parlamento, que aprovou a emenda de minha autoria, revogando a cobrança da Taxa de Incêndio para as residências.

Na época, o Governador reconheceu a nossa proposta, e agora queremos que reconheça também que está extrapolando ao cobrar essa taxa dos comerciantes e das indústrias. Ele sabe que a carga tributária é altíssima no País e no Estado. Com as taxas, Minas arrecada mais que 22 Estados da Federação juntos. É inegável o grande número de empresas que saíram daqui e foram para Goiás e para São Paulo por causa dos impostos e das taxas cobradas aqui. O Deputado Paulo Piau abordou muito bem a questão do projeto sobre a Souza Cruz. O Governador deixou escapular entre os dedos o setor gráfico e o centro tecnológico dessa empresa, que estavam instalados no Rio de Janeiro. Devido à violência, seriam transferidos para outro Estado. Tinha tudo para vir para Minas Gerais. Infelizmente faltou empenho, mas um dos principais motivos foi a tributação. Perdemos centenas e centenas de empregos, além de investimentos.

Deputado Ermano, imagine como se sente um pai de família que custa a pagar a energia elétrica e o aluguel no final do mês e que custa a comprar os materiais da escola dos seus filhos. Às vezes, possui um pequeno comércio, com uma portinha, e está custando a sobreviver. O valor da Taxa de Incêndio é proporcional à edificação. Às vezes, o cidadão tem um barracão de marcenaria. Por exemplo, na cidade de Araguari, dependendo do tamanho do seu comércio, esse cidadão recebeu a boleto para fazer o pagamento com juros e multas até o dia 31, porque já vai receber a cobrança de 2005 nos próximos meses, totalizando mais de R\$2.000,00. Ele está desorientado e não sabe o que fazer. Imagine o valor a ser pago por quem tem uma quadra de esporte, cuja metragem é grande. E quem tem um pequeno depósito de gás, trabalha para a sua subsistência e tem de pagar um valor absurdo? Assim não dá. É uma questão de coerência, de princípios e de se colocar a mão na consciência.

Infelizmente, na votação da emenda que apresentamos para revogar a taxa de incêndio do comércio e da indústria, apenas o Bloco PT-PCdoB votou contra. Todos os outros Deputados votaram a favor, sendo que os que não votaram não estavam presentes no Plenário.

O Governador gastou milhões com publicidade para divulgar o déficit zero, anunciando que as contas do Estado estavam saneadas, que tudo corria às mil maravilhas e que o problema do caixa estava resolvido.

Então, por que o Governador penalizará pequenos comerciantes, que não são de grandes cidades, mas sim do Norte de Minas, de Montes Claros, onde há muita pobreza? O povo dessa cidade é trabalhador e honesto. Em Juiz de Fora, há muitos comerciantes que lutam para manter o seu comércio. Dados estatísticos demonstram que a maioria das empresas fecha no primeiro ano de funcionamento. Em Uberlândia, Araguari e Belo Horizonte, milhares de comerciantes não sabem o que fazer, pois não conseguirão pagar tantos impostos e serão obrigados a funcionar, às vezes, na clandestinidade. Em Betim, a arrecadação é grande. Porém, ainda há muitas pessoas simples nas periferias, que precisam de infra-estrutura. Isso ocorre também em Caeté, Nova Lima, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pedro Leopoldo, Capim Branco, Confins, Contagem, Coronel Fabriciano, Diamantina, Divinópolis, Florestal, Governador Valadares, Ibirité - aliás, retirou-se depois da emenda -, Igarapé, Ipatinga. Não podemos dizer que os comerciantes, as indústrias e as pequenas empresas de Itajubá, Ituiutaba, Juatuba, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Lavras, Mário Campos, Mateus Leme e Pirapora conseguirão pagar a Taxa de Incêndio. V. Exa. conhece muito bem a realidade de

Pirapora, onde o povo é trabalhador, de Pouso Alegre, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São João del-Rei, Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São Sebastião do Paraíso, Sarzedo, Sete Lagoas e Teófilo Ottoni. Maria José Hauelsen, hoje Prefeita de Teófilo Ottoni, foi Deputada por vários mandatos. Conhecemos as dificuldades por que passa esse município, além de Três Corações, Ubá, Uberaba, Varginha e Vespasiano.

Essa taxa é muito injusta e penaliza os que mais precisam. Por que o Governador não criou uma taxa para as grandes empresas do Estado? Essa Taxa de Incêndio prejudica os pequenos, os que têm dificuldade de sobreviver. Prova disso é que o Governador, somente com a desoneração do diesel, perdeu R\$150.000.000,00 no segundo semestre do ano passado. Qual foi o acordo? Contratar mais funcionários, aumentar o número de postos de combustíveis e a arrecadação e diminuir o preço do diesel. Isso não aconteceu. Realizou-se um acordo entre o Governador e as distribuidoras de diesel, e Minas perdeu mais de R\$150.000.000,00.

No ano passado, o Estado arrecadou aproximadamente R\$12.000.000,00 com a Taxa de Incêndio. Há como comparar R\$12.000.000,00 com milhões que favorecem as empresas? Outro exemplo são as empresas locadoras de veículos. No tarifaço, o Governador beneficiou as distribuidoras de veículos, concedendo-lhes desconto de 50% no IPVA. Esse foi um grande presente de final de ano para as empresas. Por quê? V. Exa. é um grande conhecedor da área jurídica. A LRF deixa bem claro que, quando são concedidos remissão e desconto para alguém, é necessário fazer-se a compensação, e alguém deve pagar o pato. Quem pagou a conta foi o proprietário de motos e de veículos utilitários. No tarifaço, o Governador aumentou o IPVA para quem tem moto. Chegou-se a quase 100% a mais. A Taxa de Licenciamento de R\$30,00 passou para mais de R\$46,00. Quer dizer, aumentou o valor do IPVA de quem possui moto e veículo e fez a compensação. Isso não é justo. Observem os "motoboys" do País. Muitas vezes eles têm moto porque não têm condições de ter um carro. Fica mais barato pôr combustível numa moto. Além disso, há a questão da segurança. Sentem-se penalizados por pagar esse aumento exorbitante de IPVA e da Taxa de Licenciamento. Desejam criar mais uma taxa: a taxa de vistoria. Faremos pressão para que ela não seja aprovada no Estado.

Uma outra incoerência: o Governador divulgou o déficit zero dizendo que as contas do Estado estavam saneadas, que tudo estava às mil maravilhas. Há algumas semanas, foi a Brasília solicitar que o Governo Federal mude o indexador de IGP-DI pelo IPCA, pois a dívida do Estado está em mais de R\$30.000.000.000,00 e Minas não daria conta de pagá-la.

Achamos que o Governador está com razão, é preciso mudar o indexador. Concordamos com isso, mas que se mude o indexador no Estado de Minas Gerais, pois aqui é o IGP-DI, que é praticamente o dobro do IPCA. Apresentamos um projeto nesta Casa e cobramos coerência do Governador. Se ele quer em Brasília, tem de aceitar aqui, em Minas. Portanto, que se aprove o nosso projeto, para que todas as taxas e tributos no Estado sejam corrigidos pelo IPCA, que é o índice mais baixo e que é 50% menor que IGP-DI.

Há várias outras contradições discutidas aqui, hoje. O senhor mesmo disse, e ouvi atentamente, que o Governo Federal teve um aumento na folha de pagamento. É verdade e é lógico. Nos oito anos de governo do Fernando Henrique Cardoso, ele praticamente não contratou professores. O Governo Lula já contratou 2.344 professores universitários. Anunciará a contratação de mais 6 mil professores, além de ter contratado mais de 10 mil técnicos administrativos para os hospitais universitários e universidades.

Fazia 20 anos que não se construam universidades públicas federais no Brasil. Isso só está ocorrendo agora; inclusive, várias foram construídas no Estado de Minas Gerais.

Vejam o exemplo do programa Universidade para Todos - PROUNI. São mais de 100 mil estudantes que não teriam condições de estudar numa escola particular e que agora estão tendo essa oportunidade, principalmente em municípios pobres. Fui a alguns pequenos municípios de Minas, com 10 mil ou 15 mil habitantes, e vi pai chorando, dizendo que tinha o maior orgulho pelo fato de o filho estar cursando Medicina numa escola particular e que nunca teria condições de pagar um curso desses, se não fosse o PROUNI.

Vejam um outro dado. O aumento do orçamento das universidades federais foi em torno de R\$1.700.000.000,00 só para 2005.

Sabemos que o Governador é muito inteligente, tem muito jogo de cintura e muita habilidade, haja vista os "outdoors" espalhados por todo o Estado, como em Montes Claros, no Sul de Minas, no Triângulo Mineiro e em Belo Horizonte. Em todas as regiões, há o anúncio dizendo: "O que era para poucos agora é para todos. Livros didáticos para os alunos do ensino médio". De onde são os recursos? Do Governo Federal. Isso ele não anunciou.

No programa Minas sem Fome, o Governador não colocou um centavo no orçamento para sua implementação. Já disse isso várias e várias vezes. É preciso que a imprensa acorde, faça uma investigação para ver se o que estou falando é verdade.

O Governador aprovou um projeto nesta Casa em que as crianças com 6 anos teriam acesso às escolas do Estado e o ensino fundamental passaria de oito para nove anos. Esqueceu-se, no entanto, de dizer que a maioria das escolas, da 1ª à 4ª série, hoje, no Estado, é de responsabilidade dos municípios. Essas escolas foram municipalizadas.

O Governador criou um projeto-piloto em algumas cidades do Estado, divulgando não só para Minas, mas para o País inteiro, que aqui é o único Estado da Federação em que as crianças entram com 6 anos na escola. Essa divulgação foi feita em Brasília, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, enfim, em todos os Estados da Federação. Os garotos-propaganda eram o Pelé, a Sandy e o Júnior. Essa divulgação ocupou, praticamente, toda a mídia, como rádio, televisão, "outdoor". Gastaram-se milhões com publicidade. Em alguns Estados querem até trocar o Governador deles pelo de Minas, pois acham que isso é a realidade. Sabemos que isso não é verdade. Ele criou esse programa em algumas escolas de Minas, nas quais a educação da 1ª à 4ª série ainda é responsabilidade do Estado.

Divulga que isso acontece em todas as escolas de Minas, o que não é verdade. O déficit em relação à saúde é de mais de R\$700.000.000,00. Não cumpre a Emenda nº 29, que obriga o Estado a investir 12% na saúde. Infelizmente não cumpre também a emenda à Constituição que obriga o Estado a aplicar 1% na UEMG. Não aplica o que manda a legislação em pesquisa e extensão. Se pensamos em um País desenvolvido, se pensamos em um Estado com projetos de desenvolvimento, temos que investir em ciência e tecnologia, temos que investir em educação. Paulo Freire falava sempre que se a educação sozinha não transforma a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda. Se não houver investimento em educação não teremos futuro. Fala-se muito que a juventude é o futuro do Brasil, mas que futuro será esse se não cuidam do nosso presente, se a juventude não tem acesso à educação? Em muitas cidades ainda persiste o absurdo da proibição de pessoas com mais de 18 anos cursarem o ensino regular. Se um estudante está no primeiro ano do ensino médio com 18 anos, no ano seguinte o Governo do Estado proíbe a continuação dos seus estudos porque estará fora da faixa etária. Isso fere a LDB, fere a Constituição do Estado. Denunciamos isso várias vezes. Infelizmente, essa é uma prática iniciada no Governo Itamar Franco que persiste em algumas cidades.

Cobramos também o reajuste dos professores. Brigamos, conseguimos fazer muitas mudanças na reforma administrativa. O Governador queria acabar com os poucos direitos dos servidores (férias-prêmio, biênio, quinquênio), com as poucas formas de progressão, podendo demitir sumariamente, com o fim do Regime Jurídico Único dos servidores. Conseguimos fazer algumas modificações para impedir que os servidores tivessem mais perdas, e conseguimos garantir que o Governador enviasse o plano de cargos e o plano de carreira para esta Casa, o que, depois de uma grande novela, foi aprovado. Agora estamos cobrando do Governo do Estado as tabelas. Não há mais como os servidores do Estado ficarem mais de 12 anos sem reajuste e sem aumento. O salário-base de um professor de 1ª a 4ª séries é de R\$212,00, menos que um salário mínimo. Não dá para acreditar. O Governador falou que com o aumento da arrecadação do Estado haveria aumento para os servidores. Nos

meses de janeiro, fevereiro e março houve aumento da arrecadação, mas, infelizmente, o Governador até hoje não enviou as tabelas de aumento para dar, pelo menos, dignidade aos servidores da educação. Se formos fazer uma avaliação em relação ao Governo do Estado, vamos longe. Como já disse, esse Governo é muito habilidoso, tem um grande jogo de cintura com a imprensa, tem maioria nesta Casa, mas a autonomia do Poder Legislativo é fundamental.

Como Líder da Minoria, quero cumprir dois papéis. Primeiro, o de exigir do Governo o cumprimento de suas promessas de campanha. Não falo isso somente em relação ao Governo do Estado porque muitos políticos estufam o peito, prometem céu e terra; prometem mundos e fundos mas, depois de eleitos, não têm coragem de cumprir o que prometeram. É aí que cobramos coerência. Compreendemos também que não há como mudar o quadro da noite para o dia, que tudo é um processo gradativo e lento, mas tem que haver vontade política.

Não podemos permitir a cobrança da Taxa de Incêndio. Podem ter a certeza de que, nos próximos meses, com a criação da Taxa de Incêndio, muitas empresas vão fechar no nosso Estado. As empresas que não pagarem a Taxa até o dia 31 não poderão utilizar nenhum documento fiscal. Se precisarem de uma nota fiscal, o Governo do Estado a bloqueará, e a empresa ficará inadimplente com os cofres públicos, o que levará milhares e milhares de empresários a ficarem na informalidade, e isso é muito ruim. Nesse caso, as empresas que contribuem para o Estado, com muita dificuldade, deixarão de contribuir, já que não darão conta de pagar taxas exorbitantes, como a de incêndio.

Vários comerciantes nos enviaram "e-mails", cartas e solicitações, para tentarmos sensibilizar os Deputados desta Casa a fim de que adotem algum posicionamento contrário a essa Taxa de Incêndio. Assim, já estamos mobilizando e organizando um projeto de iniciativa popular contra a Taxa de Incêndio, por meio do recolhimento de assinaturas em todas as cidades de Minas Gerais. Esse projeto chegará a esta Casa, e aí quero ver quais são os Deputados que estão do lado do povo e quais os que votarão a favor da cobrança dessa taxa exorbitante.

O Deputado José Milton (em aparte)* - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Ouvindo V. Exa. falar das promessas de campanha que os Deputados geralmente fazem e que costumam não cumprir, lembrei-me de ter visto recentemente na televisão uma propaganda do PT na qual um cidadão bem vestido, de camiseta e cavanhaque, falava sobre o emprego. Ele exaltava as conquistas do Governo Lula, do Governo do PT, sobre a criação de 2 milhões de empregos em 2 anos de Governo.

No entanto, lembro-lhe que exatamente o candidato de seu partido, o Presidente Lula, quando candidato, lançou uma das plataformas que seguramente fez com que ganhasse muitos votos, que foi exatamente a promessa da criação de 10 milhões de empregos neste País. Mas, considerando que ele já está no Governo há quase dois anos e meio e falta pouco mais de um ano e meio para o término desse mandato, seguramente não conseguirá cumprir o compromisso assumido com o povo brasileiro, pois ainda existem milhões de desempregados. Por outro lado, o outro candidato, que não fez essa promessa de geração de tantos milhões de empregos, foi derrotado nas eleições por milhões de trabalhadores que continuam desempregados, continuam na berlinda, nas filas em busca de um trabalho. Esses trabalhadores foram seduzidos por essa falsa promessa do então candidato e hoje Presidente Lula, que não cumpriu seu compromisso e está devendo ao povo brasileiro cerca de 8 milhões de empregos.

Portanto peço a V. Exa. que considere as minhas palavras, para que os telespectadores que nos vêem em todo o Estado de Minas Gerais saibam que o Governo Lula mentiu para o povo brasileiro, pois assumiu um compromisso que não conseguirá cumprir, porque a sua política nefasta de juros infelizmente penaliza o empreendedor. A alta carga tributária do Governo do PT inviabiliza a criação e a geração de novos empregos. Portanto essa foi mais uma promessa mentirosa de candidatos que se anunciam como grandes realizadores, demonstrando que irão atender à demanda de milhões e milhões de desempregados, mas depois não cumprem.

Infelizmente, em termos de campanha e de promessa, o Presidente Lula foi campeão em mentira, em enganar o povo brasileiro com promessas de 10 milhões de empregos, já que não conseguirá cumprir.

O Deputado Weliton Prado* - Em primeiro lugar, Deputado, tenho muito respeito por V. Exa., mas realmente é preciso avaliar. São dois anos e meio de Governo, e o nosso País sempre foi marcado pelas injustiças, pelo mau uso do dinheiro público, pela corrupção e pelas desigualdades sociais. E a eleição do Lula significou um sopro de esperança na vida de milhares de cidadãos brasileiros que acreditaram e continuam acreditando nas mudanças. Não há como mudar uma situação de opressão, de miséria, de injustiça e de corrupção, de mais de 500 anos, da noite para o dia. O processo é gradativo.

O nosso País nunca cresceu tanto. Os índices de exportação da nossa economia estão aí para serem avaliados. Os investimentos na área da agricultura familiar foram duas ou três vezes maiores que os do Governo anterior.

Concordo com sua consideração sobre a carga tributária, que é altíssima. Parece-me que é uma medida confiscatória. No Governo Fernando Henrique, essa carga, inicialmente, era de 25% e, no final, passou para 38%, ou seja, aumentou bastante durante seus oito anos de Governo. Esses são dados públicos que todos podem comprovar.

Realmente aumentou a geração de empregos, mas, se no Governo Lula não criarem mais empregos, o senhor terá toda razão para questionar, pois isso faz parte da democracia.

Entretanto, Deputado Miguel Martini, estamos discutindo aqui a Taxa de Incêndio, que está sendo cobrada dos comerciantes e das indústrias. Gostaria de saber qual é a posição de V. Exa. Já sabemos que os Deputados do Bloco PT-PCdoB foram contra sua criação, mas queremos saber qual é a posição dos outros Deputados desta Casa. Eles são a favor da criação de taxas para penalizar os pequenos comerciantes que custam a funcionar com essa carga tributária altíssima resultante de sucessivos Governos?

A reforma tributária implementada pelo Governador Aécio Neves foi uma das maiores irresponsabilidades sociais já cometidas no Estado de Minas, prejudicando principalmente os pequenos comerciantes e favorecendo as grandes empresas. Já disse aqui que as locadoras de veículos conseguiram um desconto de 50% no valor do IPVA, enquanto o cidadão que possui uma moto ou veículo utilitário teve que pagar o aumento de 50% no valor da taxa de licenciamento e quase 100% a mais no IPVA.

O legislador tem que agir com o coração e sentimento. Estive no Município de Mirabela e fiquei impressionado com a inteligência do povo. Pessoas que nunca tiveram acesso à escola, mas que freqüentaram a escola da vida mostraram uma grande sensibilidade e vontade de organizar-se e transformar o País. Os servidores, pessoas simples, estão sendo oprimidos pelo Prefeito, que queria ferir seus direitos em relação à aposentadoria, e mobilizaram-se contra essa situação.

Fazemos mudanças dessa forma. Não devemos esperar que apenas o parlamento faça as alterações de que o País necessita. Precisamos organizar os movimentos sociais, pois apenas com a participação e mobilização de todos, além de investimentos na área da educação, mudaremos uma história de opressão, desigualdade e injustiça de mais de 500 anos.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Weliton Prado, lembro a V. Exa. que a TV Assembléia tem alcançado bons índices de audiência porque, além da competência de nossos jornalistas e profissionais da área de comunicação, os assuntos aqui tratados despertam

interesse na sociedade. Um assunto que é repetido ou tratado praticamente "ad nauseam" faz-nos perder a atenção dos telespectadores. Muitas vezes, o ouvinte em casa fica se perguntando se tal Deputado não tem outro assunto a tratar.

Sugeriria que V. Exa. buscasse outros assuntos para tratar, para que não fique muito cansativo para os parlamentares, que têm dificuldade de permanecer no Plenário, e também para os nossos telespectadores. Em respeito a eles, poderíamos tratar de assuntos novos, pois repetir as mesmas questões, apesar de todas as respostas, não faz bem à imagem da Casa. V. Exa. já está até convencido disso.

Em segundo lugar, sugeriria que V. Exa. tentasse se entender com o seu partido, porque um companheiro seu subiu à tribuna hoje para sugerir que o Governo de Minas aumentasse a cobrança do ICMS sobre a energia para as empresas, porque está apenas em 18%. E V. Exa. vem dizer que o imposto está alto para as empresas. Esse discurso precisa ser afinado. Talvez até devido a essa incoerência, o PT não tenha conseguido fazer nada até este momento. Pode ser que amanhã faça algo inteligente e interessante para este País, mas, até agora, apenas obteve um grande sucesso gerando superávit primário para pagar o capital internacional, dando-lhe o que não pediu. Ele ofereceu 4,25% de superávit primário, e chegou a 5,5% mais ou menos, à custa do investimento na área social. O Governo, que prometeu fazer a reforma tributária, apenas criou novos impostos.

Por falar em aumento de carga tributária, alguém de um partido, que está no Governo Federal do Presidente Lula, do Palocci e companhia limitada, que só fazem penalizar cada vez mais toda a cadeia produtiva deste País, também tem de aumentar os impostos para acertar todos os empregos. Como disse muito bem um Deputado - se não me engano, o Deputado Ermano Batista -, para cada eleição que o PT perde, tem de se aumentar os impostos, porque tem de se dar emprego para esse povo todo que ficou desempregado. Deputado Ermano Batista, deveríamos fazer um levantamento para sabermos quais os Prefeitos perderam a eleição e onde estão. Onde estão os Secretários desses governos que perderam as eleições?

E o Lula diz que inovará, Deputado Rêmoló Aloise, Presidente dessa sessão, promovendo um choque de gestão no Governo Federal. Logicamente, está copiando isso de Minas Gerais, como tantas outras coisas, mas temos de avisá-lo que não se faz esse choque contratando 4 mil novos funcionários de recrutamento amplo. Seria o contrário. Talvez não tenham avisado ao Presidente Lula que o choque de gestão é o enxugamento, para que o Estado tenha condições de investir no que interessa, a fim de gerar emprego, desenvolvimento, crescimento, saneamento básico e outros.

Recuso-me a responder qualquer coisa que diga respeito a Taxa de Incêndio, pois tudo que tinha de ser dito já foi. O povo não está pagando essa taxa. Os benefícios que estão sendo gerados, porque os impostos estão sendo cobrados de forma justa, são a segurança e a tranquilidade, que darão à população algo de extraordinário.

Lamento que, com tantos assuntos mais inteligentes e interessantes para se tratar, bata-se sempre na mesma tecla. Tenho medo de perdermos a audiência, pois, quando o assunto é chato, com o controle remoto, muda-se o canal.

Interessa-nos que a TV Assembléia tenha audiência, aliás esse é o único meio de as pessoas se informarem em algumas regiões deste Estado. Então, é preciso melhorar o nível do debate. Quem sabe discutir o assunto exposto pelo Deputado Ermano Batista, que é muito sério: o Governo não tem dinheiro para o metrô de Belo Horizonte, mas tem para financiar o metrô da Venezuela. Isso é sério. Governamos para os brasileiros ou para os venezuelanos? Se há tanta escassez de recursos, por que não valorizar o povo brasileiro?

Enquanto o Governo Federal continuar voraz para criar novos impostos, que ninguém fale em taxas e impostos estaduais. Não há exemplo do Governo Federal. O Governador Aécio Neves vive pedindo ao Presidente Lula que envie para o Congresso a reforma tributária e a unificação de ICMS, para acabar com a guerra fiscal. Deputado Weliton Prado, talvez por sua jovialidade, pela sua garra, tenha vontade de brigar e lutar, mas é bom variar os assuntos, caso contrário ficará muito cansativo. Perderemos audiência e interesse. Obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Deputado Miguel Martini, pode estar certo de que, se Deus me der força, até o último dia do meu mandato, serei repetitivo, cobrarei e lutarei contra a Taxa de Incêndio para o comércio e indústria. Não desistirei. Muitos falaram que parasse de falar da Taxa de Incêndio para as residências. Lutei, empenhei-me e, por meio da emenda que apresentei, conseguimos revogá-la. Da mesma maneira, lutei contra a intenção do Governador de cobrar até para chamar a polícia; se o policial fosse a pé, seria R\$12,24; se fosse de moto, R\$15,03; se fosse de ROTAM, R\$29,00 por policial, ou seja, se houvesse quatro profissionais - mais de R\$100,00 -, era melhor negociar com os bandidos. Além disso, pretendia cobrar pelo boletim de ocorrência. Não desisti, acreditei e conseguimos vencer.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Desculpe-me, mas não foi V. Exa. que conseguiu.

O Deputado Weliton Prado* - Apresentei 13 emendas supressivas no projeto de reforma tributária, sendo mais de 10 em relação à Taxa de Incêndio. Lutamos muito contra o aumento do IPVA. Infelizmente os Deputados da base do Governo votaram a favor. Nós votamos contra. Hoje, minha consciência está tranquila e assim permanecerá até o último dia de meu mandato. Não vou desistir. Vou lutar. Recolheremos assinaturas em todas as regiões do Estado, para entrar com um projeto de iniciativa popular, pois parece que só a pressão do povo sensibiliza o Governador. No ano que vem, teremos eleições, então veremos o que ele fará.

Quanto ao senhor falar que é chato, que não é sério e que é repetitivo falar da Taxa de Incêndio, entre numa padaria para comprar pão e diga isso para a caixa, que talvez perca o emprego pois o patrão não terá como pagar a Taxa de Incêndio. Fale com os trabalhadores de supermercados e pequenas empresas. Fale com os cabeleireiros - muitos cobram R\$3,00, R\$4,00 para cortar um cabelo e mal conseguem pagar o aluguel -, açougueiros, donos de sacolão e proprietários de oficina mecânica. Isso não tem lógica. Essa taxa penaliza, e já pagamos para custear as atividades.

Deputado Miguel Martini, serei delicado com V. Exa. e não pedirei o encerramento, de plano, da reunião, pois penso que devemos ser democráticos e ter um espaço para o contraditório. Mas gostaria que, ao falar ao microfone, V. Exa. deixasse bem claro que votou a favor da criação da Taxa de Incêndio. Não estou avaliando a questão do Governo Federal ou do Governo Aécio. Apenas desejo saber se o Deputado é a favor de que todos esses comerciantes e donos de sacolão, de supermercados e de oficinas mecânicas paguem a Taxa de Incêndio.

Concederei aparte ao nobre Deputado e em seguida estarei à disposição para o debate.

O Deputado João Leite (em aparte) - Sr. Presidente, nesse pronunciamento houve citação do nosso partido, o PSB, que, lamentavelmente, ainda faz parte da base de sustentação do Governo Federal. Digo lamentavelmente, porque alguns já não estão suportando. Na última semana, o Senador Geraldo Mesquita saiu. Ele fez uma avaliação do nosso partido, que está calado enquanto há no País situações desagradáveis ocasionadas pelo Governo Federal. Lamento que o PSB ainda dê sustentação ao Governo Lula.

O Deputado Ermano Batista trouxe uma denúncia da maior gravidade. Recorro às agências de notícias da Venezuela. A agência Brokerlatino noticia que o Brasil financiará projetos na Venezuela, por meio de crédito direto do BNDES, de Governo a Governo, no total de US\$1.000.000.000,00 em obras de infra-estrutura. Isso é um escândalo. Não temos R\$9.000.000,00 para terminar a sinalização do metrô da

estação São Gabriel até a estação Vilarinho, mas temos dinheiro para o metrô de Caracas. O Governo Federal precisa explicar essa situação ao povo brasileiro. Agora temos o "apagão" das estradas, pois nas rodovias federais se viaja apenas pelos acostamentos e há seguidos acidentes.

A agência Merinvest informa que já está escolhida a empresa que fará essas obras: Norberto Odebrecht, que fará as "carreteras" e o metrô subterrâneo em Caracas. Seu Diretor, Euzenando Azevedo, em entrevista à agência de notícias Reuters, disse: "Estamos aqui para quedarnos". Disse também que se sente em casa na Venezuela. A Norberto Odebrecht ficará na Venezuela para cumprir esses contratos de Governo a Governo, essa linha direta entre o BNDES e o Governo Hugo Chávez na liberação de recursos. O Deputado Ermano Batista abordou bem as dificuldades na busca de financiamento do BID. E agora temos essa liberação imediata de recursos.

Lamento que o PSB apóie um Governo que é só de propaganda. Está na "Folha de S. Paulo", do dia 16/3/2005: "Bom vendedor. Criado pelo Governo Federal para custear operações de microcrédito à população de baixa renda, o Banco Popular, braço do Banco do Brasil, destinou R\$20.000.000,00 em empréstimos no ano passado, contra R\$23.990.000,00 em publicidade e propaganda". Então, vemos como funciona este Governo.

Lamento que o nosso Líder, Deputado Miguel Martini, seja citado, depois de todo o apoio do PSB a esse Governo, que não é transparente. Será que a população brasileira sabe que o Governo está investindo R\$1.000.000.000,00 na Venezuela? Que o Governo está investindo em Cuba? Que os agentes do SNI vão aprender em Cuba para exercer o seu trabalho no Brasil?

Repito: lamento que o meu partido seja citado e que o meu Líder, Deputado Miguel Martini, sempre presente nesta Assembléia, ainda tenha que passar por isso. Espero que o PSB acorde. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Sr. Presidente, antes de eu começar a falar, por favor, diga ao Deputado que ocupa indevidamente a tribuna que ele está atrapalhando o nosso pronunciamento. Peço a V. Exa. que desligue o microfone usado por ele e diga-lhe que não use o celular enquanto eu falo.

O Deputado Weliton Prado* - Vai mandar em mim? É a ditadura?

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Pela sua jovialidade, respeito seus arroubos de manifestação estudantil.

Sr. Presidente, ouvi as incoerências pronunciadas desta tribuna. Depois, alguém me disse que uma televisão gravava o seu pronunciamento, deve ser para um programa eleitoral ou coisa assim. Não entendi o seu pronunciamento. O Presidente Lula não faz reforma tributária e estimula a guerra fiscal. O Estado do Paraná oferece ICMS baixíssimo para as empresas locadoras de veículos. Todas as locadoras que estavam em Minas Gerais foram para o Paraná. Minas Gerais perdeu esse ICMS, em razão da incompetência do Governo Federal de realizar a reforma tributária, a unificação do ICMS ou até mesmo o controle do subsídio dado ao ICMS.

O Governo de Minas, atento, mineiro, interessado nas coisas de Minas Gerais disse: "Se é guerra, estou nela". Nem sempre o Governo Federal está interessado nas coisas do Brasil - como foi dito -, e sim em ajudar outros países, esquecendo-se dos problemas brasileiros. Então, o Governo de Minas trouxe de volta todas essas empresas locadoras de veículos, trazendo receita para o Estado.

Se queremos debater, precisamos ser coerentes, não sofismar, não informar equivocadamente. De manhã, um Deputado ocupou esta tribuna e quis sugerir que o ICMS cobrado de energia elétrica das empresas é de 18% porque foi financiamento de campanha. Ora, isso já estava votado, era lei anterior a este Governo. Até que o Deputado José Milton, na mesma linha de raciocínio, lembrou que talvez os juros estejam tão altos para retribuir o sistema financeiro que custeou as despesas do Presidente da República.

Talvez o Congresso Nacional deva avaliar melhor a questão desse empréstimo de R\$1.000.000.000,00 para o metrô da Venezuela, vinculando-o a empresas do Brasil. Essas questões precisam ser discutidas. Sr. Presidente, precisamos fazer uma oposição inteligente. Sempre valorizei a Oposição neste Plenário. Aliás, ela cumpre um papel importantíssimo no processo democrático, no parlamento; porém, quanto mais séria, responsável e consistente for, melhores serviços prestará. É o que esperamos.

Temos feito aqui - e desejamos continuar fazendo - bons debates; todavia, aproveito para pedir aos Deputados que tratem de assuntos variados, a fim de tornar o debate mais agradável. Dessa forma, o Deputado poderá mostrar a quem está em casa ou a quem vai ver o vídeo que conseguiu mudar algo na votação dos projetos. Esclareço que podemos participar do ritual político, do processo legislativo; logo, todos os parlamentares podem apresentar as emendas que quiserem. No entanto, para alcançarem seus objetivos, precisarão ter respaldo político. Ou seja, precisarão dispor de competência política, articulação política.

No passado, costumavam-se apresentar até 1.500 emendas ao orçamento, sabendo-se que nenhuma delas seria aprovada. Depois, o Deputado chegava às bases e anunciava que apresentou muitas emendas. Ou então um projeto.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, o Deputado Weliton Prado está usurpando a autoria. A emenda que instruiu a revogação da cobrança da taxa aos proprietários de residências não é de sua autoria, mas da Bancada do PMDB. Foi aprovada na Comissão de Fiscalização Financeira. O Deputado Weliton Prado embarcou na canoa do PMDB. Não podemos admitir que ele venha agora bancar o autor desse procedimento. A bancada do partido apresentou a emenda, e ele, presente, embarcou nessa canoa.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado, Deputado Ermano Batista. V. Exa. era Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Como Deputado honrado, de respeito, participou desse debate. Eu não tinha essa informação. Obrigado por trazê-la. Aliás, essa é uma questão mais séria. Chega a ser uma questão de ética. Precisamos avaliá-la melhor. Cada Deputado tem direito de falar; no entanto, pedimos que as informações, os números trazidos para o debate guardem relação com a verdade, com o real, e não com o imaginário.

Sr. Presidente, creio que por hoje chega. Verificando, de plano, que não quórum para a continuação dos trabalhos, peço a V. Exa. que encerre a reunião, uma vez que o debate já avançou bastante. Ademais, o Deputado dispôs de mais de 1 hora para falar. Amanhã, com quórum qualificado, e fundamentados em bases sólidas, continuaremos o debate.

O Deputado Weliton Prado - O Deputado Miguel Martini está fugindo do debate. Venha para o debate, Deputado.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Por gentileza, nobre Deputado Weliton Prado, aguarde o pronunciamento desta Presidência.

Nobre Deputado Miguel Martini, a Presidência pede a V. Exa. que compreenda a concessão de 1 minuto ao nobre Deputado Weliton Prado para que possa terminar suas considerações. Após esse tempo, a Presidência, a seu pedido, encerrará a reunião.

O Deputado Miguel Martini - Certo, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado* - Obrigado, Sr. Presidente. Em 1 minuto conseguirei concluir, pois falarei mais rápido que o Eneas.

Tenho muito respeito por V. Exas. e pelo Governador de Minas Gerais, mas falaram muito e não tocaram no assunto da Taxa de Incêndio, que penaliza a população.

Deputado Ermano Batista, apresentamos projeto em conjunto com o PMDB. Depois, no decorrer das discussões, houve pressão junto à Mesa desta Casa, e a emenda relativa à revogação da Taxa de Incêndio é de minha autoria. Isso é público, qualquer cidadão pode obter essa informação, até pela Intranet. O fato também é notório para todos os Deputados.

Não podemos aceitar, de forma alguma, Deputado tentar usar artifícios e falácias para tentar ludibriar a realidade. Pode ter certeza, Deputado Miguel Martini, de que ficarei até o último dia do meu mandato.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/4/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ermano Batista

nomeando Lilian Batista de Oliveira Pena para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando Antônio Francisco Paes Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Emília do Carmo Vioti do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando Geraldo Paz de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando João Batista de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando João Luiz Teixeira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando José Dantas do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

exonerando José Maria da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando Juliana Barreto Braga do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Morelo Araujo de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Wellington Rodrigo Aguilar do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Wilson Santos Resende do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Antônio Francisco Paes Júnior para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Cintia de Oliveira Dalfior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Emília do Carmo Vioti para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Geraldo Paz de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando João Batista de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando João Luiz Teixeira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando José Maria da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Juliana Barreto Braga para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

exonerando Adriana Rosa Nascimento do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando Jaqueline Ferreira do Nascimento do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Jussara Rocha Vítor de Abreu do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando Luiz José Fratini do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando Michelle Cristina Coelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Ana Caroline Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Gilson Ferreira Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Jussara Rocha Vítor de Abreu para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Luiz José Fratini para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Mariana Villas Starling para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Michelle Cristina Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Neider Moreira

exonerando Alan Rodrigo da Silva do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Helimar Parreiras da Silva para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando João Paulo Pereira Jardim do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais;

exonerando Pedro de Oliveira Pinto do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Participação Popular;

nomeando Carlos Magno Ribeiro Costa para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Duarte, Vice-Líder do PT/PC do B.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Alvimar Mourão Neto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, e Decisão da Mesa de 17/3/2005, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Maria Thereza Rodrigues da Cunha para o cargo de Auxiliar Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, nos termos das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, e 5.198, de 21/5/01, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.042, de 29/5/01, e 2.043, de 29/5/01, assinou o seguinte ato:

designando o servidor Eduardo de Mattos Fiuza para a Função Gratificada de Gerente-Geral-FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Administração e Recursos Humanos.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 18/4/2005, às 10 horas, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de condecorações completas de

Medalha do Mérito Legislativo.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 5 abril de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros. Objeto: seguro de acidentes pessoais coletivo. Objeto do aditamento: prorrogação contratual. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/4/2005. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-009.0001 33903900.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeiro convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Município de Mariana. Objeto: instalação dos equipamentos de transmissão da TVA. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900.

ERRATA

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, A REALIZAR-se ÀS 14H30MIN DO DIA 5/4/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 5/4/2005, pág. 54, col. 1, retire-se o Projeto de Lei nº 2.047/2005 da relação dos projetos que seriam apreciados em turno único, na fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia, e inclua-se o mesmo projeto na relação dos projetos que seriam apreciados no 1º turno.